

## ÍNDICE

### DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão Ordinária de 28 de fevereiro | 1

### DELIBERAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Reunião Ordinária de 27 de janeiro | 2

Reunião Ordinária de 10 de fevereiro | 3

Reunião Ordinária de 24 de fevereiro | 4

### OBRAS PARTICULARES | 5

### REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL 2020/2021 | 7

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### SESSÃO ORDINÁRIA 28 DE FEVEREIRO

#### ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: PRESENTE PROPOSTA DA SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberado, por unanimidade, aprovar a alteração ao Regimento da Assembleia Municipal.

#### PROPOSTA DE CONTRATO-PROMESSA COMPRA E VENDA COM EFICÁCIA REAL DE IMÓVEL DA CENAFOGO, S.A. DENOMINADO DE CAMPO COMPRIDO SITO NA FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS E AUTORIZAÇÃO DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS: PRESENTE PROPOSTA APRESENTADA NA REUNIÃO DE CÂMARA DE 24 DE FEVEREIRO

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de contrato-promessa compra e venda com eficácia real de imóvel da Cenafogo, S.A. denominado de Campo Comprido sito na Freguesia de S. Tiago dos Velhos e a autorização de assunção de compromissos plurianuais.

#### DESTAQUE DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 6 047,50 M2 DA QUINTA DA MURZINHEIRA E RESPECTIVA AVALIAÇÃO PARA EFEITO DE ALIENAÇÃO EM HASTA PÚBLICA COM VISTA A UMA PRIMEIRA FASE DE BENEFICIAÇÃO DO EDIFICADO EXISTENTE NA QUINTA DA MURZINHEIRA: PRESENTE PROPOSTA APRESENTADA NA REUNIÃO DE CÂMARA DE 24 DE FEVEREIRO

Deliberado, por unanimidade, aprovar o destaque de uma parcela de terreno com a área de 6 047,50 m<sup>2</sup> da Quinta da Murzinheira

e respetiva avaliação para efeito de alienação em hasta pública com vista a uma primeira fase de beneficiação do edificado existente na Quinta da Murzinheira.

**DESTAQUE DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 360 M<sup>2</sup> DO PRÉDIO DENOMINADO “CERCA”, EM ARRANHÓ E INSCRITO NA MATRIZ RÚSTICA N.º 149 SECÇÃO S E RESPECTIVA AVALIAÇÃO PARA EFEITO DE ALIENAÇÃO EM HASTA PÚBLICA TENDO EM VISTA A CONSTRUÇÃO DA 1ª FASE DA SEÇÃO DESCENTRALIZADA DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ARRUDA DOS VINHOS EM PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 6760M2 A CEDER AO MUNICÍPIO JUNTO À ROTUNDA DA ENTRADA DA LOCALIDADE DE N.º SR.º DA AJUDA, FREGUESIA DE ARRANHÓ, NOS TERMOS DO ANEXO 3: PRESENTE PROPOSTA APRESENTADA NA REUNIÃO DE CÂMARA DE 24 DE FEVEREIRO**  
Deliberado, por unanimidade, aprovar o destaque de uma parcela de terreno com a área de 360 m<sup>2</sup> do prédio denominado “Cerca”, em Arranhó e inscrito na matriz rústica n.º 149 secção S e respetiva avaliação para efeito de alienação em hasta pública tendo em vista a construção da 1ª fase da Seção Descentralizada da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Arruda dos Vinhos em parcela de terreno com a área de 6760m2 a ceder ao Município junto à rotunda da entrada da localidade de N.º Sr.º da Ajuda, Freguesia de Arranhó, nos termos do Anexo 3.

**PROJETO DE REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM: PRESENTE PROPOSTA APRESENTADA NA REUNIÃO DE CÂMARA DE 13 DE JANEIRO**  
Deliberado, por unanimidade, aprovar o projeto de regulamento do Orçamento Participativo Jovem.

### Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos

Largo Miguel Bombarda | 2630-112 Arruda dos Vinhos  
Tel.: 263 977 000 | Fax: 263 976 586 | cm-arruda@cm-arruda.pt  
www.cm-arruda.pt | www.facebook.com/marrudavinhos  
twitter.com/municipioarruda | youtube.com/marrudavinhos  
instagram.com/municipioarrudavinhos

### HORÁRIO DE ATENDIMENTO

BALCÃO ÚNICO, OBRAS PARTICULARES, EXECUÇÕES FISCAIS E TESOURARIA

2.ª a 6.ª das 09.00h às 16.00h (aberto à hora de almoço)

Atendimento online por formulário eletrónico disponível no Balcão Virtual do portal do Município, em [www.cm-arruda.pt](http://www.cm-arruda.pt)

### ATENDIMENTO AO MUNICÍPIO

Presidente (André Rijo): 3.ª feira das 11.00h às 13.30h

Vice-presidente (Rute Miriam): 3.ª feira das 09.30h às 12.30h

Vereador (Mário Anágua): 2.ª feira das 09.30h às 12.30h

Vereadora (Carla Munhoz): 3.ª feira das 09.30h às 12.00h

### REUNIÕES DE CÂMARA

Quinzenais, à 2.ª feira, pelas 15.00h na Sala de Sessões

Para conhecer o calendário de reuniões descentralizadas consulte o Edital n.º 64/2019, de 17 de dezembro

### FICHA TÉCNICA

EDIÇÃO E PROPRIEDADE: Município de Arruda dos Vinhos  
DIRETOR: André Rijo - Presidente da Câmara Municipal  
COORDENAÇÃO: Unidade Administrativa e de Modernização  
GRAFISMO: Gabinete de Comunicação e Imagem  
IMPRESSÃO: Serviço de Reprografia  
100 exemplares | Edição mensal | Distribuição gratuita

**SESSÃO ORDINÁRIA  
27 DE JANEIRO**

**AFETAÇÃO À UTILIDADE DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA, RELATIVA A DUAS PARCELAS DE TERRENO DESANEXADAS DE PRÉDIO DE NATUREZA PRIVADA, SUJEITANDO-SE AO ESTATUTO DA DOMINIALIDADE PÚBLICA MUNICIPAL - RESERVATÓRIO DE ÁGUA R23 - A-DO-BARRIGA: PRESENTE PROPOSTA APRESENTADA NA REUNIÃO DE CÂMARA DE 27 DE JANEIRO**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a afetação à utilidade de abastecimento público de água, relativa a duas parcelas de terreno desanexadas de prédio de natureza privada, sujeitando-se ao estatuto da Dominialidade Pública Municipal - Reservatório de água R23 - A-do-Barriga.

**SUSPENSÃO PROVISÓRIA DAS TARIFAS FIXADAS NO ANEXO I DO REGULAMENTO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LOCAIS COLETIVOS DE PASSAGEIROS INTER-FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS - TUA-CASA: PRESENTE PROPOSTA APRESENTADA NA REUNIÃO DE CÂMARA DE 10 DE FEVEREIRO**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a suspensão provisória das tarifas fixadas no Anexo I do Regulamento dos Transportes Rodoviários Locais Coletivos de Passageiros Inter-Freguesias do Município de Arruda dos Vinhos - TUA-CASA.

**ACEITAÇÃO E AFETAÇÃO PARA DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DA CEDÊNCIA DE 50,00 M<sup>2</sup>, CARVALHA, S. TIAGO DOS VELHOS: PRESENTE PROPOSTA APRESENTADA NA REUNIÃO DE CÂMARA DE 10 DE FEVEREIRO**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a aceitação e afetação para domínio público municipal da cedência de 50,00 m<sup>2</sup>, Carvalha, S. Tiago dos Velhos.

**AFETAÇÃO À UTILIDADE DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA, RELATIVA A DUAS PARCELAS DE TERRENO DESANEXADAS DE PRÉDIO DE NATUREZA PRIVADA, SUJEITANDO-AS AO ESTATUTO DA DOMINIALIDADE PÚBLICA MUNICIPAL - RESERVATÓRIO DE ÁGUA R01 - CARDOSAS: PRESENTE PROPOSTA APRESENTADA NA REUNIÃO DE CÂMARA DE 10 DE FEVEREIRO**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a afetação à utilidade de abastecimento público de água, relativa a duas parcelas de terreno desanexadas de prédio de natureza privada, sujeitando-as ao estatuto da Dominialidade Pública Municipal - Reservatório de água R01 - Cardosas.

**PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO SERVIÇO DE SANEAMENTO DE ÁGUAS URBANAS: PRESENTE PROPOSTA APRESENTADA NA REUNIÃO DE CÂMARA DE 13 DE JANEIRO**

Deliberado, por unanimidade, aprovar o projeto de alteração ao Regulamento do Serviço de Saneamento de Águas Urbanas.

**AUTORIZAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO EM ESTUDO DE ÂMBITO INTERMUNICIPAL PROMOVIDO PELA OESTECIM NO ÂMBITO DO FUTURO HOSPITAL DO OESTE: PRESENTE PROPOSTA APRESENTADA NA REUNIÃO DE CÂMARA DE 24 DE FEVEREIRO**  
Deliberado, por unanimidade, autorizar a participação em estudo de âmbito intermunicipal promovido pela Oestecim no âmbito do futuro Hospital do Oeste.

**EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DO PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO JOÃO DE DEUS, NO MONTANTE DE 550.000,00 EUROS: PRESENTE PROPOSTA APRESENTADA NA REUNIÃO DE CÂMARA DE 24 DE FEVEREIRO**  
Deliberado, por unanimidade, autorizar o empréstimo de longo prazo para financiamento do projeto de Requalificação do Bairro João de Deus, no montante de 550.000,00 €.

**ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA AMAGÁS: PRESENTE PROPOSTA APRESENTADA NA REUNIÃO DE CÂMARA DE 24 DE FEVEREIRO**  
Deliberado, por unanimidade, aprovar a alteração dos Estatutos da AMAGÁS.

**PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS AMO MAIS: PRESENTE PROPOSTA APRESENTADA NA REUNIÃO DE CÂMARA DE 24 DE FEVEREIRO**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de alteração de estatutos da Associação de Municípios de Fins Específicos AMO Mais.

**VOTO DE CONGRATULAÇÃO: PRESENTE UM VOTO DE CONGRATULAÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO PARLAMENTAR DO PS**

Deliberado, por maioria, com 5 votos contra da bancada do PSD, aprovar o voto de congratulação "à Comunidade Intermunicipal do Oeste e à Câmara Municipal pelo esforço empreendido para que o Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) 2020 seja mais justo, coerente e eficaz para o Concelho de Arruda dos Vinhos, sobretudo nos movimentos pendulares em relação a Lisboa".

**ANTECIPAÇÃO DE RECEITAS DE IMPOSTOS MUNICIPAIS, NOS TERMOS DO ARTIGO 4.º DA LCPA, CONJUGADO COM O ARTIGO 6.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO - RATIFICAR**

Deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho de deferimento, proferido pelo Presidente que autoriza o aumento temporário de fundos disponíveis, no valor global de 1.998.889,00€, referente às receitas de impostos municipais que se estimam vir a receber no período de julho a dezembro de 2020, tendo por base os valores cobrados nos períodos homólogos no exercício económico de 2019.

O Presidente alegou impedimento para estar presente e discutir este ponto, atendendo ao facto de ter proferido o despacho de deferimento, tendo ficado a Vice-Presidente Rute Miriam Santos a presidir.

**CONTRATO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS E A NOVA IMS - NOVA INFORMATION MANAGEMENT SCHOOL DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA TENDO EM VISTA A ELABORAÇÃO DE PLANO MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO / COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**

Deliberado, por unanimidade, aprovar o contrato de cooperação entre o Município de Arruda dos Vinhos e a NOVA IMS - NOVA Information Management School da Universidade Nova de Lisboa, tendo em vista a elaboração de plano municipal de adaptação / combate às alterações climáticas.

**PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM, A COOPTÉCNICA GUSTAVE EIFFEL, COOPERATIVA DE ENSINO E FORMAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL, C.E.L. E O MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS - MINISTRAÇÃO DE CURSOS TÉCNICOS SUPERIORES PROFISSIONAIS**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a minuta do Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Instituto Politécnico de Santarém, a Cooptécnica - Gustave Eiffel, Cooperativa de ensino e Formação Técnico Profissional, C.R.L. e o Município de Arruda dos Vinhos.

O Vereador Luís Rodrigues, alegou impedimento para estar presente e discutir este ponto, atendendo ao facto de um familiar

seu pertencer aos direção da Cooptécnica Gustave Eiffel, Cooperativa de Ensino e Formação Técnico Profissional, C.E.L

#### **REVOGAÇÃO DO CONCURSO EXTERNO DE INGRESSO PARA PROVIMENTO DE UM POSTO DE TRABALHO DA CARREIRA DE TÉCNICO DE INFORMÁTICA, CATEGORIA DE TÉCNICO DE INFORMÁTICA-ADJUNTO, NÍVEL 1 - CARREIRA DE REGIME ESPECIAL**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a revogação do concurso externo de ingresso para provimento de um posto de trabalho da carreira de Técnico de Informática, categoria de Técnico de informática-adjunto, nível 1 - Carreira de regime especial.

#### **APOIO PARA AÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL - CONFERÊNCIA VICENTINA NOSSA SENHORA DA SALVAÇÃO DE ARRUDA DOS VINHOS**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a atribuição de apoio financeiro no valor de 5.000,00€ à Conferência Vicentina Nossa Senhora da Salvação de Arruda dos Vinhos, a fim de reforçar a parceria no âmbito da dinamização de um conjunto de medidas de apoio e acompanhamento social de agregados familiares e grupos vulneráveis.

#### **PROJETO ESPERANÇA**

Deliberado, por unanimidade, aprovar candidatura apresentada, apoiando economicamente o agregado familiar identificado na deliberação, até ao montante máximo de 500,00€.

#### **PROJETO ESPERANÇA**

Deliberado, por unanimidade, aprovar candidatura apresentada, apoiando economicamente o agregado familiar identificado na deliberação, até ao montante máximo de 500,00€.

#### **PROJETO ESPERANÇA**

Deliberado, por unanimidade, aprovar candidatura apresentada, apoiando economicamente o agregado familiar identificado na deliberação, até ao montante máximo de 500,00€.

#### **PROJETO ESPERANÇA - TENDÊNCIA PARA INDEFERIMENTO**

Deliberado, por unanimidade, informar que a candidatura mesma não cumpre com os critério de apoio definidos no respetivo regulamento.

#### **ANO LETIVO 2019/2020 - AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - REFEIÇÕES**

Deliberado, por unanimidade, auxiliar economicamente os agregados familiares dos menores identificados na deliberação, através da correspondente comparticipação, estimando-se que o encargo para a autarquia se cifre em cerca de 891,33€.

#### **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A VALORSUL E O MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS**

Deliberado, por unanimidade, aprovar o protocolo de colaboração que define os termos do usufruto da viatura a entregar pela Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A. ao Município de Arruda dos Vinhos.

#### **RENOVAÇÃO DE PROTOCOLO COM O CLUBE RECREATIVO DESPORTIVO ARRUDENSE**

Deliberado, por maioria, com o voto contra do Vereador Luís Rodrigues (PSD), que apresentou uma declaração de voto, aprovar a renovação do protocolo celebrado entre esta Câmara Municipal e o Clube Recreativo Desportivo Arrudense, para o ano de 2020, estipulando o encargo anual no montante de 18.627,60€, atendendo a que as atividades promovidas pela instituição aludida se enquadram no disposto legal, apostando fortemente na formação social e cívica dos cidadãos, disponibilizando as instalações do pavilhão polidesportivo aos estabelecimentos de ensino do Concelho, no âmbito do desenvolvimento das atividades escolares.

#### **AFETAÇÃO À UTILIDADE DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA, RELATIVA A DUAS PARCELAS DE TERRENO DESANEXADAS DE PRÉDIO DE NATUREZA PRIVADA, SUJEITANDO-AS AO ESTATUTO DA DOMINIALIDADE PÚBLICA MUNICIPAL - RESERVATÓRIO DE ÁGUA R23 - Á-DO-BARRIGA**

Deliberado, por unanimidade, aceitar a doação de duas parcelas de terreno identificadas na deliberação, as quais foram avaliadas pelos serviços municipais que atribuíram 1.417,85€ à parcela 1 e 1.400,00€ à parcela 2, contribuindo para o aumento do ativo imobilizado do Município de Arruda dos Vinhos, nesse valor;

— Aceitar a condição que acompanha a cedência e executar a vedação da área cedida, em toda a extensão que fica a confinar com a parte remanescente do prédio cedente.

— Atribuir uma compensação monetária pelos encargos a que houver lugar com a atualização cadastral e registral, motivada por esta

cedência, mediante entrega dos respetivos comprovativos de despesa, cujo valor previsível é de aproximadamente 315,00€;

— Solicitar à Assembleia Municipal que delibere afetar as parcelas supra identificadas à utilidade pública “abastecimento de água-rede pública”, sujeitando-as ao estatuto da Dominialidade Pública Municipal.

#### **PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA DE CONSTRUÇÃO DE MORADIA SITA EM RUA DO BECO, CARVALHA, FREGUESIA DE SANTIAGO DOS VELHOS - REQUERENTE: SANDRA ISABEL FELGAR BORGES ENTEIRIÇO**

Deliberado, por unanimidade, declarar a deserção do pedido informação prévia de construção de uma moradia.

## **SESSÃO ORDINÁRIA 10 DE FEVEREIRO**

#### **ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DURANTE OS FESTEJOS NO CONCELHO DE ARRUDA DOS VINHOS**

Deliberado, por unanimidade, aprovar o alargamento do período de funcionamento dos estabelecimentos identificados na deliberação para a época festiva das Localidades do Concelho de Arruda dos Vinhos, até às 05 horas de todos os dias da semana, enquanto decorrerem os seus festejos, no ano de 2020, sendo que este alargamento apenas será aplicável às localidades que informem o Município de Arruda dos Vinhos da realização dos seus Festejos e obtenham as respetivas licenças, junto da entidade competente.

#### **SUSPENSÃO PROVISÓRIA DAS TARIFAS FIXADAS NO ANEXO I DO REGULAMENTO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LOCAIS COLETIVOS DE PASSAGEIROS INTER-FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS - TUA CASA**

Deliberado, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a suspensão provisória das tarifas fixadas no Anexo I do Regulamento dos Transportes Rodoviários Locais Coletivos de Passageiros Inter-Freguesias do Município de Arruda dos Vinhos.

#### **ANO LETIVO 2019/2020 - AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - REFEIÇÕES 100%**

Deliberado, por unanimidade, auxiliar economicamente os agregados familiares

dos menores identificados na deliberação, através da correspondente comparticipação, estimando-se que o encargo para a autarquia se cifre em cerca de 370,84€.

#### **PROJETO ESPERANÇA**

Deliberado, por unanimidade, aprovar candidatura apresentada, apoiando economicamente o agregado familiar identificado na deliberação, até ao montante máximo de 100.00€.

#### **ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO AOS ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR - ANO LETIVO 2019/2020 - DECISÃO FINAL**

Deliberado, por unanimidade, deferir o processo da candidata identificada na deliberação e manter o indeferimento relativo aos processos também identificados na deliberação.

#### **PROPOSTAS DE PREÇOS PARA PUBLICIDADE NO JORNAL “MERCADO OITOCENTISTA” 2020**

Deliberado, por unanimidade, aprovar os preços para venda de espaço publicitário no “Jornal do Mercado Oitocentista - 2020”, acrescidos de iva à taxa em vigor.

DIMENSÃO	VALOR	VALOR CAPA	VALOR CONTRACAPA
Anúncio ½ página a preto	150 €	-	200 €
Anúncio 1/3 página a preto	130 €	-	175 €
Anúncio 1/4 página a preto	75 €	150 €	125 €
Anúncio 1/8 página a preto	40 €	80 €	60 €
Anúncio rodapé a preto	40 €	80 €	60 €

#### **PROPOSTA DE MINUTA DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS E O INSTITUTO NACIONAL PARA A REABILITAÇÃO, I.P.**

Deliberado, por maioria, com abstenção do Vereador Luís Rodrigues (PSD) aprovar a minuta de protocolo com o Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.

#### **PROJETO DE EXECUÇÃO DO CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE ANIMAIS DE COMPANHIA DE ARRUDA DOS VINHOS - ALTERAÇÃO DO ORÇAMENTO - RATIFICAR**

Deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho proferido pelo Presidente que aprovar o orçamento corrigido do projeto de Execução do Centro de Recolha Oficial

de Animais de Companhia de Arruda dos Vinhos para o valor de 127.358,49€, acrescido do IVA à taxa legal.

O Presidente alegou impedimento para estar presente e discutir este ponto, atendendo ao facto de ter proferido o despacho de deferimento, tendo ficado o Vereador Mário Anáguas a presidir à reunião.

#### **PROPOSTA DE PROCEDIMENTO CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2020-DOA QV - EMPREITADA DE BENEFICIAÇÃO DA EM525 E REPARAÇÕES DIVERSAS EM VIAS MUNICIPAIS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a abertura do procedimento concursal visando a Empreitada de Beneficiação da EM525 e Reparações Diversas em Vias Municipais, orçamentada em 329.067,09 € (trezentos e vinte e nove mil e sessenta e sete euros e nove centimos), acrescido de IVA.

#### **ACEITAÇÃO E AFETAÇÃO PARA DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DA CEDÊNCIA DE 50,00 M² DE TERRENO PARA DOMÍNIO PÚBLICO VIÁRIO MUNICIPAL - ALARGAMENTO DA RUA DAS LINHAS DE TORRES, N.º 10, CARVALHA, S. TIAGO DOS VELHOS**

Deliberado, por unanimidade, aceitar a cedência a título gratuito da parcela de terreno com a área total de 50,00 m2, a desanexar do prédio urbano inscrito na matriz cadastral urbana sob o artigo 1644.º da Freguesia de S. Tiago dos Velhos e remeter assunto à Assembleia Municipal para afetar ao domínio público municipal a área de 50,00 m2 de terreno destinado a domínio público viário municipal - alargamento da Rua das Linhas de Torres, n.º 10, Carvalha, S. Tiago dos Velhos.

#### **AFETAÇÃO À UTILIDADE DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA, RELATIVA A DUAS PARCELAS DE TERRENO DESANEXADAS DE PRÉDIO DE NATUREZA PRIVADA, SUJEITANDO-AS AO ESTATUTO DA DOMINIALIDADE PÚBLICA MUNICIPAL - RESERVATÓRIO DE ÁGUA R01 - CARDOSAS**

Deliberado, por unanimidade:

— Aceitar a doação da parcela de terreno identificada na deliberação, a qual foi avaliada pelos serviços municipais em 686,00€, contribuindo para o aumento do ativo imobilizado do Município de Arruda dos Vinhos, nesse valor;

— Atribuir aos cedentes uma compensação monetária pelos encargos a que houver lugar com a atualização cadastral e registral motivada por esta cedência, mediante

entrega dos respetivos comprovativos de despesa, cujo valor previsível é de aproximadamente 315,00€;

— Solicitar à Assembleia Municipal que delibere afetar a parcela à utilidade pública “abastecimento de água-rede pública”, sujeitando-a ao estatuto da Dominialidade Pública Municipal.

## **SESSÃO ORDINÁRIA 24 DE FEVEREIRO**

#### **AUTORIZAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO EM ESTUDO DE ÂMBITO INTERMUNICIPAL PROMOVIDO PELA OESTECIM NO ÂMBITO DO FUTURO HOSPITAL DO OESTE**

Deliberado, por unanimidade, remeter à Assembleia Municipal tendo em vista autorizar a participação do Município de Arruda dos Vinhos no objeto de estudo de âmbito intermunicipal promovido pela Oestecim, no âmbito do futuro Hospital do Oeste.

#### **EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DO PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO JOÃO DE DEUS, NO MONTANTE DE 550.000,00 EUROS**

Deliberado, por unanimidade, remeter à Assembleia Municipal pedido de autorização para contração de um empréstimo a longo prazo para aplicação no projeto de “Requalificação do Bairro João de Deus”, no montante máximo de 550.000,00€ e autorização para a assunção dos compromissos plurianuais decorrentes do empréstimo.

#### **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE TITO DE CARVALHO CONSULTORES, UNIPESSOAL, LDA, E O MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS - CONSULTORIA E SERVIÇOS NO ÂMBITO DE PROJECTOS / CANDIDATURAS RELACIONADAS COM FUNDOS COMUNITÁRIOS**

Deliberado, por unanimidade, aprovar o Protocolo de Cooperação entre Tito de Carvalho Consultores, Unipessoal, Lda. e o Município de Arruda dos Vinhos.

#### **UTILIZAÇÃO DE BENS MUNICIPAIS - UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO MULTIUSOS - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS. - CORPO NACIONAL DE ESCUTAS - AGRUPAMENTO DE ESCUTEIROS N.º 78 - RATIFICAR**

Deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho de deferimento proferido pelo Presidente em 11 de fevereiro, que isenta ao Agrupamento de Escuteiros n.º 78 da taxa da

de ocupação do Pavilhão Multiusos, no valor de 369,36€.

O Presidente alegou impedimento para estar presente e discutir este ponto, atendendo ao facto de ter proferido o despacho de deferimento, tendo ficado a Vice-Presidente Rute Miriam Santos a presidir.

#### **PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA PELA EMISSÃO DA LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO E LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DE ESPETÁCULOS DESPORTIVOS E DE DIVERTIMENTOS PÚBLICOS EM LOCAIS PÚBLICOS - CLUBE RECREATIVO E DESPORTIVO DE Æ-DO-BARRIGA - RATIFICAR**

Deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho de deferimento, proferido pelo Presidente em 07 de fevereiro, que isenta o Clube Recreativo e Desportivo de Æ-do-Barriga da taxa da licença especial de ruído no valor de 30,90€.

O Presidente alegou impedimento para estar presente e discutir este ponto, atendendo ao facto de ter proferido o despacho de deferimento, tendo ficado a Vice-Presidente Rute Miriam Santos a presidir.

#### **ESTÁGIO CURRICULAR - ISLA - INSTITUTO SUPERIOR DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE SANTARÉM - CURSO TÉCNICO SUPERIOR PROFISSIONAL EM GESTÃO DE TURISMO**

Deliberado, por unanimidade, aprovar minuta de protocolo entre o Município de Arruda dos Vinhos e o ISLA - Instituto Superior de Gestão e Administração de Santarém, visando proporcionar formação em contexto de trabalho a uma aluna do Curso Técnico Superior Profissional em Gestão de Turismo, no total de 600 horas, com início em 2 de março de 2020, por forma a permitir à aluna o contacto com a realidade do mundo do trabalho, favorecendo o desenvolvimento de competências técnicas, relacionais e organizacionais, relevantes para a qualificação profissional a adquirir e formação pessoal.

#### **ESTÁGIO CURRICULAR - ISLA - INSTITUTO SUPERIOR DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE SANTARÉM - CURSO TÉCNICO SUPERIOR PROFISSIONAL EM GESTÃO DE TURISMO**

Deliberado, por unanimidade, aprovar minuta de protocolo entre o Município de Arruda dos Vinhos e o ISLA - Instituto Superior de Gestão e Administração de Santarém, visando proporcionar formação em contexto de trabalho a um aluno do Curso Técnico Superior Profissional em Gestão de Turismo, no total de 600 horas, com início

em 2 de março de 2020, por forma a permitir à aluna o contacto com a realidade do mundo do trabalho, favorecendo o desenvolvimento de competências técnicas, relacionais e organizacionais, relevantes para a qualificação profissional a adquirir e formação pessoal.

#### **ANO LETIVO 2019/2020 - AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - REFEIÇÕES**

Deliberado, por unanimidade, auxiliar economicamente os agregados familiares dos menores identificados na deliberação, através da correspondente comparticipação, estima-se que o encargo para a autarquia se cifre em cerca de 164,98€.

#### **HABITAÇÃO N.º 17 DA TRAVESSA DO AQUEDUTO - TRANSMISSÃO DO ARRENDAMENTO E ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a transmissão do arrendamento em regime apoiado da habitação n.º 17 da Travessa do Aqueduto, em Arruda dos Vinhos, e aprovar o pagamento em prestações do valor atualmente em dívida no montante de 4.959,87€, dispensando o pagamento do valor de indemnização de 20% no montante de 991,97€, sem prejuízo do direito à resolução do contrato e à cobrança de juros de mora, em caso de incumprimento do estabelecido.

#### **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS E A CEBI - FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE ALVERCA E O AEJIA, AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ARRUDA DOS VINHOS NO ÂMBITO DA IMPLEMENTAÇÃO DA VALÊNCIA DE CRECHE NO CENTRO ESCOLAR DE ARRANHÓ**

Deliberado, por unanimidade, aprovar o contrato de cooperação entre o Município de Arruda dos Vinhos e a CEBI - Fundação para o Desenvolvimento Comunitário de Alverca e o AEJIA, Agrupamento de Escolas de Arruda dos Vinhos tendo em vista a implementação da valência de Creche no Centro Escolar de Arranhó.

#### **ADESÃO AO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O INSTITUTO DOS REGISTOS E NOTARIADO, I.P., A AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P. E O INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA E EQUIPAMENTOS DA JUSTIÇA, I.P. PARA RENOVACÃO DO CARTÃO DO CIDADÃO NOS ESPAÇOS DO CIDADÃO**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adesão ao Protocolo.

#### **ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA AMAGÁS**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a alteração dos estatutos da AMAGÁS e remeter a proposta à Assembleia Municipal, para deliberação.

#### **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS AMO MAIS**

Deliberado, por unanimidade, aprovar os Estatutos da AMO+ e remeter a proposta à Assembleia Municipal, para deliberação.

#### **PROPOSTA DE CONTRATO-PROMESSA COMPRA E VENDA COM EFICÁCIA REAL DE IMÓVEL DA CENAFOGO, S.A. DENOMINADO DE CAMPO COMPRIDO SITO NA FREGUESIA DE S. TIAGO DOS VELHOS E AUTORIZAÇÃO DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS**

Deliberado, por unanimidade, remeter a proposta à Assembleia Municipal para deliberar a celebração de contrato-promessa compra e venda com eficácia real do referido imóvel da Cenafogo, S.A., no ano de 2020, mediante a entrega de sinal no valor € 5.000,00 e solicitar autorização para assunção dos compromissos plurianuais relativos à aquisição do imóvel da Cenafogo, S.A, que totaliza a quantia de 145.000,00€ distribuídos da seguinte forma: 45.000,00€ em 2021; 50.000,00€ em 2022 e 50.000,00€ em 2023.

#### **DESTAQUE DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 6 047,50 M2 DA QUINTA DA MURZINHEIRA E RESPECTIVA AVALIAÇÃO PARA EFEITO DE ALIENAÇÃO EM HASTA PÚBLICA COM VISTA A UMA PRIMEIRA FASE DE BENEFICIAÇÃO DO EDIFICADO EXISTENTE NA QUINTA DA MURZINHEIRA**

Deliberado, por unanimidade, remeter a proposta à Assembleia Municipal, tendo em vista:

1. Autorizar o destaque da parcela de terreno com a área de 6 047,50 m2 do prédio misto, descrito no Registo Predial da Conservatória de Arruda dos Vinhos sob o n.º 165/19851218 e inscrito na matriz predial rústica sob o n.º 89 secção G e urbana n.º 1848, da freguesia de Arranhó;
2. Autorizar a alienação da referida parcela a destacar em hasta pública tendo por base de licitação o valor de 237.790,00 € constante do respetivo relatório de avaliação;
3. Autorizar a primeira fase de beneficiação do edificado da Quinta da Murzinheira a executar com a receita resultante da alienação da referida parcela.

#### **DESTAQUE DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 360 M<sup>2</sup> DO PRÉDIO DE-**

**NOMINADO “CERCA”, EM ARRANHÓ E INSCRITO NA MATRIZ RÚSTICA N.º 149 SECÇÃO S E RESPETIVA AVALIAÇÃO PARA EFEITO DE ALIENAÇÃO EM HASTA PÚBLICA TENDO EM VISTA A CONSTRUÇÃO DA 1ª FASE DA SEÇÃO DESCENTRALIZADA DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ARRUDA DOS VINHOS EM PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 6760M2 A CEDER AO MUNICÍPIO JUNTO À ROTUNDA DA ENTRADA DA LOCALIDADE DE N.ª SR.ª DA AJUDA, FREGUESIA DE ARRANHÓ, NOS TERMOS DO ANEXO 3**

Deliberado, por unanimidade, remeter a proposta à Assembleia Municipal, tendo em vista:

1. Autorizar o destaque da parcela de terreno com a área de 360 m2 do prédio rústico denominado “Cerca”, situado em Arranhó, descrito no Registo Predial da Conservatória de Arruda dos Vinhos sob o n.º 3349/20180829 e inscrito na matriz predial rústica sob o n.º 149 secção S, da freguesia de Arranhó;
2. 2) Autorizar a alienação da referida parcela a destacar tendo por base de licitação o valor de 30.000 € constante do respetivo relatório de avaliação.
3. Utilizar o produto da mais-valia resultante da eventual alienação na construção da 1.ª fase do quartel da Seção Descentralizada da A.H.B.V.A.V.

**PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ELABORAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO PDM – ARTIGO 67.º DO REGULAMENTO, ESTABELECIMENTOS INSALUBRES E INCÓMODOS**

Deliberado, por unanimidade, prorrogar o prazo de elaboração da alteração do PDM - artigo 67.º do regulamento do PDM, relativo aos estabelecimentos insalubres ou incómodos, por mais oito meses.

**DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 7/2007 – PROCESSO N.º 4/2001, EM NOME DE PULPITUM – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS E TURÍSTICOS, S.A**

Deliberado, por unanimidade, declarar a caducidade do alvará de loteamento n.º 7/2007, e dar início ao procedimento de audiência dos interessados, notificando-se para o efeito a empresa Pulpitum – Investimentos Imobiliários e Turísticos, S.A. para se pronunciar por escrito, no prazo de 10 dias uteis, o que lhe oferecer sobre a intenção da Câmara Municipal declarar a caducidade do alvará por as obras não terem sido concluídas dentro do prazo fixado no alvará e suas prorrogações.

## OBRAS PARTICULARES

**PRESENTE RELAÇÃO DOS PROCESSOS OBJETO DE DESPACHO PELA SENHORA VICE-PRESIDENTE NOS TERMOS DO DESPACHO N.º 3218 DE 30 DE OUTUBRO DE 2017, POR SUB-DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS POR PARTE DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DE 30 DE OUTUBRO DE 2017**

**PROCESSO N.º 150/2005**

**GRANITAMPO – ROCHAS ORNAMENTAIS, LDA**  
Licenciamento de alterações num armazém sito em Zona Industrial de Adoseiros, freguesia de S. Tiago dos Velhos.

Deferido por despacho da Sra. Vice-Presidente da Câmara de 10-01-2020, em conformidade com o parecer dos serviços.

**PROCESSO N.º 81/2017**

Licenciamento de alterações na construção de um telheiro sito em Estrada da Moscatoira, freguesia de Arruda dos Vinhos.

Deferido por despacho da Sra. Vice-Presidente da Câmara de 10-01-2020, em conformidade com o parecer dos serviços.

**PROCESSO N.º 147/2019**

**TERMIPOL II, LDA**

Licenciamento da construção de um armazém sito em Rua das Indústrias, Á-do-Mourão, freguesia de S. Tiago dos Velhos.

Deferido por despacho da Sra. Vice-Presidente da Câmara de 10-01-2020, em conformidade com o parecer dos serviços.

**PROCESSO N.º 151/2019**

**Pedido de desistência de processo de obras.**

Deferido por despacho da Sra. Vice-Presidente da Câmara de 16-01-2020, em conformidade com o parecer dos serviços.

**PROCESSO N.º 181/2020**

**Pedido de averbamento do diretor técnico da obra e pedido de licenciamento especial para acabamentos na construção de habitação unifamiliar, arrecadação agrícola e muros de vedação sito em Casal Fonte de Pau de Baixo, freguesia de Arruda dos Vinhos.**

Deferido por despacho da Sra. Vice-Presidente da Câmara de 27-01-2020, em conformidade com o parecer dos serviços.

**PROCESSO N.º 2/2017**

**Projeto de alterações na construção de moradia unifamiliar, piscina e muro de vedação sito em Cerrado e Fontainhas, lote 85, freguesia de em Arruda dos Vinhos.**

Deferido por despacho da Sra. Vice-Presidente da Câmara de 27-01-2020, em conformidade com o parecer dos serviços.

**PROCESSO N.º 91/2019**

**Licenciamento de alteração ampliação de construção existente sita em Estrada da Quinta da Serra, 46, freguesia de Arruda dos Vinhos.**

Deferido por despacho da Sra. Vice-Presidente da Câmara de 27-01-2020, em conformidade com o parecer dos serviços.

**PROCESSO N.º 150/2019**

**Licenciamento de construção de moradia unifamiliar e muros de vedação sito em Quinta do Cobre, 11, freguesia de Arruda dos Vinhos.**

Deferido por despacho da Sra. Vice-Presidente da Câmara de 27-01-2020, em conformidade com o parecer dos serviços.

**PROCESSO N.º 138/2019**

**Licenciamento de construção de arrecadação agrícola, sita em Rua Casal dos Palmeis, freguesia de S. Tiago dos Velhos.**

Deferido por despacho da Sra. Vice-Presidente da Câmara de 27-01-2020, em conformidade com o parecer dos serviços.

**PROCESSO N.º 100/2019**

**Informação prévia de construção de moradia, sita em Rua da Coletividade, Louriceira de Cima, freguesia de Arranhó.**

Deferido por despacho da Sra. Vice-Presidente da Câmara de 05-02-2020, em conformidade com o parecer dos serviços.

**PROCESSO N.º 132/2019**

**icenciamento de construção de alpendre e ampliação de moradia, sita em Casal dos Caniçais, freguesia de Arruda dos Vinhos.**

Deferido por despacho da Sra. Vice-Presidente da Câmara de 05-02-2020, em conformidade com o parecer dos serviços.

**PROCESSO N.º 134/2019**

**ENGIPRUMO, LDA.**

**Comunicação prévia de construção de moradia unifamiliar e muros, sita em Herdade do Cereiro, Lote 59, Corredouras, freguesia de Arruda dos Vinhos.**

Deferido por despacho da Sra. Vice-Presidente da Câmara de 05-02-2020, em conformidade com o parecer dos serviços.

**PROCESSO N.º 81/2017**

**Pedido de dispensa dos projetos das especialidades.**

Deferido por despacho da Sra. Vice-Presidente da Câmara de 14-02-2020, em conformidade com o parecer dos serviços.

#### **PROCESSO N.º 46/2017**

Pedido de substituição do titular do alvará de construção.

Deferido por despacho da Sra. Vice-Presidente da Câmara de 14-02-2020, em conformidade com o parecer dos serviços.

#### **PROCESSO N.º 17/2008**

Pedido de substituição do titular do processo de obras.

Deferido por despacho da Sra. Vice-Presidente da Câmara de 14-02-2020, em conformidade com o parecer dos serviços.

#### **PROCESSO N.º 13/2019**

MADRE – EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, SA Licenciamento de operação de loteamento, para um prédio sito em Herdade do Cereeiro, freguesia de Arruda dos Vinhos.

Deferido por despacho da Sra. Vice-Presidente da Câmara de 14-02-2020, em conformidade com o parecer dos serviços.

#### **PROCESSO N.º 141/2019**

Informação prévia de construção de moradia, piscina e arrecadação sita em Casal do Azedo, freguesia de Arruda dos Vinhos.

Indeferido por despacho da Sra. Vice-Presidente da Câmara de 14-02-2020, uma vez que se mantêm os inconvenientes referidos na informação inicial.

#### **PROCESSO N.º 152/2019**

Licenciamento de construção de moradia, anexo e piscina, sita em Rua do Espargal, n.º 6, freguesia de Arranhó.

Deferido por despacho da Sra. Vice-Presidente da Câmara de 27-01-2020, em conformidade com o parecer dos serviços.

## **REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL 2020/2021**

### **PREÂMBULO**

Considerando que o Regimento da Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos, aprovado em 30 de novembro de 2017, se encontra manifestamente desajustado face ao devir legislativo, designadamente quanto ao novo regime aprovado pela Lei Orgânica n.º 1/2019, de 29 de março, urge assim a sua revisão.

É nosso entendimento ainda que importa introduzir, no âmbito conceptual e operativo, algumas melhorias que propiciem uma maior aproximação entre os eleitos e as populações numa ótica de participação cívica.

Não descurando o necessário e exemplar funcionamento da Assembleia Municipal, constitui uma preocupação do novo Regimento o aprofundamento da dignificação do órgão, como a “Casa da Democracia Municipal”, bem como dar destaque e salientar o importante papel de todos os eleitos que o compõem, independentemente da sua natural diversidade de opinião e pensamento.

No seguimento desta linha de pensamento, o grupo de trabalho da Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos, eleita por sufrágio direto e universal, apresentou, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 29.º do regime aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Regimento anexo.

O presente Regimento, foi aprovado, por unanimidade, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pela Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos, em sessão ordinária de 28 fevereiro de 2020.

### **TÍTULO I**

#### *DISPOSIÇÕES GERAIS*

#### **CAPÍTULO I**

##### *ASSEMBLEIA MUNICIPAL*

#### **ARTIGO 1.º**

##### *OBJETO*

1. O presente Regimento dispõe sobre a constituição, a organização e o funcionamento da Assembleia Municipal.
2. A constituição, a composição, as competências, a organização e o funcionamento da Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos regem-se pelas disposições constantes da Constituição da República Portuguesa, da legislação em vigor aplicável às autarquias locais e do presente Regimento.

#### **ARTIGO 2.º**

##### *NATUREZA E COMPOSIÇÃO*

1. A Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos é o órgão representativo do Município de Arruda dos Vinhos, dotado de poderes deliberativos, e visa a prossecução dos interesses da população respetiva.
2. A Assembleia Municipal é composta, nos termos da Lei, de vinte um Membros diretamente eleitos pelo colégio eleitoral do Município de Arruda dos Vinhos e de quatro Presidentes de Junta de Freguesia do Município, que a integram por inerência.
3. O mandato dos Membros eleitos da Assembleia Municipal visa a salvaguarda dos interesses e a defesa e promoção do bem-estar da respetiva população.
4. A presença por inerência dos Presidentes de Junta de Freguesia visa em especial a salvaguarda dos interesses da respetiva Freguesia e a defesa e promoção da Freguesia e do bem-estar da respetiva população, nos termos definidos pelos respetivos órgãos representativos.

#### **ARTIGO 3.º**

##### *COMPETÊNCIAS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL*

Compete à Assembleia Municipal exercer as competências e demais poderes conferidos por Lei. (conforme Anexo II)

#### **ARTIGO 4.º**

##### *INSTALAÇÃO*

1. O Presidente da Assembleia Municipal cessante, ou, na sua falta, de entre os presentes, o cidadão mais bem posicionado na lista vencedora, procede à instalação da nova Assem-

- bleia até ao 20.º dia posterior ao apuramento definitivo dos resultados eleitorais, devendo para o efeito convocar os candidatos eleitos, para o ato de instalação, nos cinco dias subsequentes àquele apuramento definitivo.
2. Quem proceder à instalação verifica a identidade e a legitimidade dos eleitos e designa, de entre os presentes, quem redige o documento comprovativo do ato, que é assinado, pelo menos por quem procedeu à instalação e por quem o redigiu.
  3. A verificação da identidade e legitimidade dos eleitos que hajam faltado, justificadamente, ao ato de instalação é feita, na primeira reunião do órgão a que compareçam, pelo respetivo Presidente.

#### **ARTIGO 5.º**

##### *PRIMEIRA REUNIÃO*

Até que seja eleito o Presidente de Assembleia, compete ao cidadão que tiver encabeçado a lista mais votada, ou, na sua falta, ao cidadão mais bem posicionado nessa mesma lista, presidir à primeira reunião de funcionamento da Assembleia Municipal, que se efetua imediatamente a seguir ao ato de instalação, para efeitos de eleição do Presidente e Secretários da Mesa.

## **CAPÍTULO II**

### *MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL*

#### **SECÇÃO I**

##### *MANDATO*

#### **ARTIGO 6.º**

##### *INÍCIO E DURAÇÃO DE MANDATO*

1. O período do mandato dos Membros da Assembleia Municipal é de quatro anos.
2. O mandato dos Membros da Assembleia Municipal inicia-se imediatamente após o ato de instalação da Assembleia e a verificação de identidade e legitimidade dos seus Membros.
3. O mandato cessa quando os Membros da Assembleia Municipal forem legalmente substituídos ou com a instalação da nova Assembleia, sem prejuízo dos casos de suspensão ou cessação individual do mandato previstos na lei e no presente Regimento.
4. No período que medeia entre a realização de eleições e a instalação da nova Assembleia, a Assembleia Municipal ainda em funções apenas pode, no âmbito das respetivas competências, praticar atos de gestão corrente e inadiáveis.

#### **ARTIGO 7.º**

##### *SUSPENSÃO DE MANDATO*

1. Os Membros da Assembleia Municipal podem solicitar a suspensão do respetivo mandato mediante pedido dirigido ao Presidente da Assembleia e apreciado pela Assembleia Municipal na sessão ou reunião imediatamente seguinte à sua apresentação.
2. O pedido de suspensão referido no número anterior é devidamente fundamentado, devendo indicar o motivo de suspensão e o período de tempo abrangido por esta.
3. São motivos de suspensão, designadamente:
  - a. Doença comprovada;
  - b. Exercício dos direitos de paternidade e maternidade;
  - c. Afastamento temporário da área da autarquia por período superior a trinta dias;
  - d. Atividade profissional inadiável;
  - e. Opção pelo exercício de um cargo em órgão autárquico diverso para o qual tenha sido eleito nos termos da lei;

- f. Opção pelo exercício de outro cargo político ou cargo público nos termos da lei;
  - g. Exercício de funções políticas ou partidárias;
4. A suspensão do mandato não poderá ultrapassar, por uma só vez ou cumulativamente trezentos e sessenta e cinco dias;
  5. A duração da suspensão por tempo superior ao referido no número anterior constitui, de pleno direito, renúncia ao mandato, salvo se, no primeiro dia útil seguinte ao termo daquele prazo, o interessado manifestar, por escrito, a vontade de retomar funções.
  6. Uma vez que se aproxime o limite temporal referido no n.º 4, o Membro da Assembleia Municipal deverá ser notificado pela Mesa da Assembleia em tempo útil de tal proximidade e da consequência que a respetiva inércia poderá acarretar.
  7. A pedido do interessado, devidamente fundamentado, o plenário da Assembleia Municipal pode autorizar a alteração do prazo pelo qual inicialmente foi concedida a suspensão do mandato, até ao limite estabelecido no n.º 4 do presente artigo.
  8. Enquanto durar a suspensão, os Membros da Assembleia Municipal são substituídos nos termos estabelecidos na lei e no presente Regimento.
  9. A suspensão do mandato cessa:
    - a. Com o decurso do período de tempo abrangido pela suspensão indicado no pedido;
    - b. Com o regresso antecipado do Membro da Assembleia Municipal com o mandato suspenso;
    - c. Pela cessação superveniente do motivo que fundamentou a suspensão do mandato.
  10. O regresso antecipado no referido número anterior deverá ser comunicado ao Presidente da Mesa, produzindo os seus efeitos a partir da data da primeira convocatória da Reunião da Assembleia Municipal que venha a ser expedida após a receção da referida comunicação.
  11. Verificando-se a cessação da suspensão do mandato referida no n.º 9 do presente artigo e a reocupação das funções pelo Membro da Assembleia Municipal com o mandato suspenso, cessam automaticamente os poderes do seu substituto.

#### **ARTIGO 8.º**

##### *AUSÊNCIA INFERIOR A 30 DIAS*

1. Os Membros da Assembleia Municipal podem fazer-se substituir nos casos de ausência por períodos até trinta dias.
2. A substituição opera mediante simples comunicação por escrito dirigida ao Presidente da Assembleia Municipal, na qual são indicados o início e fim da substituição, produzindo efeitos com entrega dessa comunicação.

#### **ARTIGO 9.º**

##### *RENÚNCIA DE MANDATO*

1. Os Membros da Assembleia Municipal gozam do direito de renúncia ao mandato, a exercer antes ou depois do ato de instalação, mediante declaração escrita, dirigida a quem deve proceder à instalação da Assembleia Municipal ou ao Presidente da Assembleia Municipal, consoante os casos.
2. A renúncia torna-se efetiva desde a data da entrega da respetiva declaração, devendo ser comunicada pelas entidades referidas no número anterior ao Plenário e ser tornada pública por meio da afixação em edital nos locais de estilo e publicação no Boletim Municipal e no sítio institucional do Município de Arruda dos Vinhos na Internet.
3. A renúncia do mandato verifica-se também com o esgotamento do período máximo de suspensão de mandato.

4. A convocação do Membro substituto compete à entidade referida no n.º 1 e tem lugar no período que medeia entre a comunicação da renúncia e a primeira reunião que a seguir se realizar, salvo se a entrega do documento de renúncia coincidir com o ato de instalação ou reunião da Assembleia Municipal e estiver presente o respetivo substituto, situação em que, após a verificação da sua identidade e legitimidade, a substituição se opera de imediato, se o substituto a não recusar por escrito nos termos do n.º 1.
5. A falta do eleito local ao ato de instalação da Assembleia Municipal não justificada por escrito no prazo de 30 dias ou considerada injustificada, equivale a renúncia de pleno direito.
6. O disposto no número anterior aplica-se igualmente à falta de substituto devidamente convocado ao ato de assunção de funções.
7. A apreciação e a decisão, sobre a justificação referida nos números anteriores, cabem à Assembleia Municipal e devem ter lugar na primeira reunião que se seguir à apresentação tempestiva da mesma.

#### **ARTIGO 10.º**

##### *PERDA DE MANDATO*

1. Incorrem em perda de mandato os Membros da Assembleia Municipal que:
  - a. Sem motivo justificativo, não compareçam a três sessões ou seis reuniões seguidas ou a seis sessões ou doze reuniões interpoladas;
  - b. Após a eleição, sejam colocados em situação que os torne inelegíveis ou relativamente aos quais se tornem conhecidos elementos reveladores de uma situação de inelegibilidade já existente, e ainda subsistente, mas não detetada previamente à eleição;
  - c. Após a eleição, se inscreverem em partido diverso daquele pelo qual foram apresentados a sufrágio eleitoral;
  - d. Pratiquem ou sejam individualmente responsáveis pela prática dos actos previstos no artigo 9.º da Lei n.º 27/96, de 1 de agosto;
  - e. Que, no exercício das suas funções, ou por causa delas, intervenham em procedimento administrativo, ato ou contrato de direito público ou privado relativamente ao qual se verifique impedimento legal, visando a obtenção de vantagem patrimonial para si ou para outrem.
2. Constitui também causa de perda de mandato a verificação, em momento posterior ao da eleição, da prática, por acção ou omissão, em mandato imediatamente anterior, dos factos referidos nas alíneas d) e e) do nº1.

#### **ARTIGO 11.º**

##### *PREENCHIMENTO DE VAGAS*

1. As vagas ocorridas na Assembleia Municipal são preenchidas pelo cidadão imediatamente a seguir na lista ou, tratando-se de uma coligação, pelo cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual havia sido proposto o Membro que deu origem à vaga.
2. Quando, por aplicação da regra contida na parte final do número anterior, se torne impossível o preenchimento da vaga por cidadão proposto pelo mesmo partido, o mandato é conferido ao candidato imediatamente a seguir na ordem de precedência da lista apresentada pela coligação.
3. Em caso de justo impedimento, o Presidente da Junta de Freguesia pode designar substituto legal que o represente nas sessões da Assembleia Municipal, devendo para o efeito proceder com a necessária antecedência a sua indicação à Mesa.

#### **ARTIGO 12.º**

##### *ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA*

1. Quando algum dos Membros da Assembleia Municipal deixar de fazer parte da mesma, por morte, renúncia, perda de mandato ou por outra razão, é substituído pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista ou, tratando-se de coligação, pelo cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual havia sido proposto o Membro que deu origem à vaga, ou pelo novo titular do cargo com direito de integrar o órgão, conforme os casos.
2. Esgotada a possibilidade de substituição prevista no número anterior e desde que não esteja em efetividade de funções a maioria do número legal de Membros da Assembleia Municipal, o Presidente comunica o facto ao Membro do Governo responsável pela tutela das autarquias locais, para que este marque, no prazo máximo de 30 dias, novas eleições, que deverão realizar-se no prazo de 40 a 60 dias a contar da data da respectiva marcação.
3. A nova Assembleia Municipal completa o mandato da anterior.

#### **SECÇÃO II**

##### *DIREITOS E DEVERES*

#### **ARTIGO 13.º**

##### *DIREITOS*

1. Para o regular exercício do seu mandato e sem prejuízo de outros direitos previstos na lei, constituem direitos dos Membros da Assembleia Municipal:
  - a. Tomar lugar na sala do Plenário e nas salas das Comissões e usar da palavra, nos termos do regimento;
  - b. Integrar Comissões Especializadas ou Grupos de Trabalho;
  - c. Ser designados para representar a Assembleia Municipal em delegações ou órgãos externos, nos termos definidos pela Lei ou pelo Regimento;
  - d. Apresentar requerimentos à Mesa;
  - e. Recorrer para o Plenário das decisões do Presidente da Assembleia Municipal;
  - f. Intervir para o exercício do direito de defesa da honra ou consideração;
  - g. Ter acesso a todo o expediente da Assembleia Municipal;
  - h. Ter acesso às atas da Câmara Municipal e ao Boletim Municipal ou equiparado;
  - i. Solicitar à Câmara Municipal, por intermédio do Presidente da Mesa, os dados, informações e esclarecimentos que considerem necessários para o exercício das suas funções;
  - j. Beneficiar do apoio técnico e logístico de suporte à sua actividade, nos termos definidos em reunião da Assembleia Municipal, tendo em consideração o princípio da proporcionalidade e de racionalidade na utilização dos bens públicos;
  - k. Receber as senhas de presença, ajudas de custo e subsídios de transporte, nos termos do Estatuto dos Eleitos Locais e demais legislação aplicável, ou optar, mediante uma manifestação livre e esclarecida da sua vontade, por renunciar ao seu recebimento;
  - l. Ter liberdade de circulação em lugares públicos de acesso condicionado, quando em exercício das respetivas funções;
  - m. Ser titular de cartão especial de identificação;
  - n. Beneficiar de proteção em caso de acidente, mediante seguro de acidentes pessoais;
  - o. Solicitar o auxílio de quaisquer autoridades, sempre que exijam os interesses do Município;
  - p. Beneficiar de apoio nos processos judiciais que tenham como causa o exercício das respetivas funções.

2. Constituem ainda direitos dos Membros da Assembleia Municipal, a exercer singular ou conjuntamente nos termos do presente regimento, designadamente, os seguintes:
    - a. Propor listas para a eleição da Mesa da Assembleia e delas fazer parte;
    - b. Apresentar propostas para destituição da mesa da Assembleia ou de qualquer um dos seus Membros;
    - c. Apresentar projetos de deliberação, nomeadamente sob a forma de recomendações, resoluções, moções e de votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar;
    - d. Apresentar projetos de alteração ao presente regimento;
    - e. Apresentar projetos de alteração às propostas da Câmara Municipal não referidas no n.º 3 do artigo 25.º do regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;
    - f. Apresentar projetos de alteração às propostas de regulamentos e posturas municipais, salvo nos casos não permitidos por lei;
    - g. Apresentar recomendações ou sugestões às propostas da Câmara Municipal referidas nas alíneas a) i) e m), do n.º 1 e l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;
    - h. Propor a realização de referendos locais;
    - i. Apresentar moções de censura à Câmara Municipal;
    - j. Fazer perguntas à Câmara Municipal sobre quaisquer atos desta;
    - k. Requerer por escrito à Câmara Municipal, através do presidente da Assembleia Municipal, as informações e esclarecimentos que entenda necessários;
    - l. Propor a constituição de Comissões Especializadas ou Grupos de Trabalho para o estudo de matérias relacionadas com as atribuições do Município;
    - m. Propor a audição, no âmbito do trabalho desenvolvido pelos Membros na Assembleia Municipal, nas Comissões especializadas ou nos Grupos de Trabalho, de Vereadores, de dirigentes municipais, funcionários, entidades e cidadãos que possuam informações de interesse para a matéria em análise e cuja participação seja considerada relevante para o desenvolvimento dos respetivos trabalhos;
    - n. Propor, por intermédio do Presidente da Assembleia Municipal, a realização de inquéritos à atuação dos órgãos municipais.
    - o. Propor a audição do secretariado executivo da Entidade Intermunicipal, com o limite de duas vezes por ano, para responder perante a Assembleia Municipal pela actividade desenvolvida;
    - p. Requerer por intermédio do Presidente da Assembleia Municipal, a realização de reuniões com a presença dos Membros da Câmara Municipal para apresentação de propostas da Câmara inseridas no âmbito das competências da Assembleia Municipal e para responder a perguntas e a pedidos de esclarecimento sobre a actividade da Câmara e sobre o seu posicionamento quanto a assuntos de interesse público relacionados com a sua atividade.
    - q. Apresentar declarações de voto na sequência das votações na Assembleia Municipal, e nos termos definidos no presente Regimento.
  3. Os membros da Assembleia Municipal estão dispensados das suas funções profissionais, mediante aviso antecipado à entidade empregadora, quando o exija a sua participação em atos relacionados com as suas funções de eleitos, designadamente em reuniões e sessões da Assembleia Municipal, em reuniões de Comissões especializadas a que pertencem ou em atos oficiais a que devem comparecer.
    4. Consideram-se, também atos relacionados com as suas funções de eleitos a participação, se assim se justificar, em reuniões preparatórias das reuniões e sessões da Assembleia Municipal.
    5. A dispensa das funções profissionais prevista no n.º 3 do presente artigo mantém-se no caso de o Membro da Assembleia Municipal se ausentar antecipadamente da sessão ou reunião da Assembleia Municipal e das respetivas discussões e votações, desde que o faça com fundamento em impedimento nos termos da Lei, em objeção de consciência devidamente fundamentada ou em necessidade imperiosa comunicada à Mesa da Assembleia Municipal nos termos da alínea b) do artigo 14.º do presente Regimento.
- ARTIGO 14.º**  
*DEVERES*  
Sem prejuízo de outros deveres previstos na lei, constituem deveres dos Membros da Assembleia:
- a. Comparecer à hora marcada em cada convocatória para o início da reunião da Assembleia Municipal, ou Comissões Especializadas a que pertençam, assinar a lista de presenças e permanecer até ao final dos respetivos trabalhos;
  - b. Comunicar à Mesa sempre que surja a necessidade imperiosa de se retirar no decurso das reuniões ou de as abandonar antes do final dos respetivos trabalhos;
  - c. Desempenhar os cargos e as funções para que sejam eleitos ou designados e a que não se hajam oportunamente escusado;
  - d. Participar nas discussões e votações se, por Lei, não estiverem impedidos ou se existir conflito de interesses;
  - e. Respeitar a dignidade da Assembleia Municipal e dos seus Membros;
  - f. Observar o Regimento e as decisões do Presidente da Assembleia Municipal;
  - g. Contribuir, com a sua diligência, para a eficácia e o prestígio dos trabalhos da Assembleia Municipal;
  - h. Abster-se de abordar assuntos alheios à esfera de competências da Assembleia Municipal;
  - i. Contactar com os eleitores do Município, de modo a assegurar, designadamente, a respetiva auscultação sobre os problemas do Município e a permitir a realização de uma prestação de contas sobre o trabalho desenvolvido enquanto eleito local;
  - j. Justificar perante a Mesa as suas faltas a sessões ou reuniões do Plenário ou das Comissões Especializadas.
- ARTIGO 15.º**  
*REGIME DA JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS*
1. A justificação de faltas referida na alínea j) do artigo 14.º é feita mediante pedido apresentado por escrito, fundamentado com base num motivo justificado e dirigido à Mesa da Assembleia Municipal, no prazo de cinco dias a contar da data da sessão ou reunião em que a falta se tenha verificado.
  2. Consideram-se motivos justificados:
    - a. A doença;
    - b. O casamento;
    - c. A maternidade e a paternidade;
    - d. O luto;
    - e. A existência de facto não imputável aos Membros da Assembleia Municipal;
    - f. Motivo profissional inadiável;
    - g. Missão ou trabalho em representação da Assembleia Municipal, bem como a participação, nos termos do regimento, em outras atividades da assembleia.

3. Não há lugar à marcação de faltas ou a perda do direito a senhas de presença, ajudas de custo e subsídios de transporte quando:
  - a. O Membro da Assembleia Municipal se ausente da sessão ou reunião e das respetivas discussões e votações por período inferior a 15 minutos;
  - b. O Membro da Assembleia Municipal se ausente da sessão ou reunião e das respetivas discussões e votações com fundamento em impedimento nos termos da Lei, por objeção de consciência devidamente fundamentada ou por necessidade imperiosa comunicada à Mesa da Assembleia nos termos da alínea b) do artigo 14.º.
4. A decisão relativamente ao pedido de justificação de faltas, é notificada pela Mesa da Assembleia ao interessado, pessoalmente ou por via e-mail.

### SECÇÃO III

#### GARANTIAS DE IMPARCIALIDADE

#### ARTIGO 16.º

##### CONFLITO DE INTERESSES

Os membros da Assembleia Municipal devem abster-se, no exercício das suas funções, de participar ou intervir, a qualquer título, em discussão, deliberação, procedimento, ato e contrato no qual tenham, direta ou indiretamente interesse, nomeadamente um interesse familiar ou um interesse financeiro.

#### ARTIGO 17.º

##### PROIBIÇÕES ESPECÍFICAS

Sem prejuízo da aplicação das garantias gerais de imparcialidade prevista na Lei, os Membros da Assembleia Municipal não podem, designadamente:

- a. Patrocinar interesses particulares, próprios ou de terceiros, de qualquer natureza, no exercício das suas funções ou invocando a qualidade de Membro de Assembleia Municipal;
- b. Participar na apresentação, discussão ou votação de assuntos em que tenha interesse, por si ou como representante ou gestor de negócios de outra pessoa, ou em que tenha interesse ou intervenção em idênticas qualidades o seu cônjuge, parente ou afim em linha reta ou ao 3.º grau na linha colateral, bem como qualquer pessoa com quem viva em economia comum, ou com a qual tenham uma relação de adoção, tutela ou apadrinhamento civil;
- c. Não celebrar com a autarquia qualquer contrato, salvo de adesão;
- d. Não usar, para fins de interesse próprio ou de terceiros, informações a que tenha acesso no exercício das suas funções.

### CAPÍTULO III

#### MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

#### ARTIGO 18.º

##### COMPOSIÇÃO DA MESA

1. A Mesa da Assembleia Municipal é composta por um Presidente, um 1.º Secretário e um 2.º Secretário.
2. O Presidente é substituído nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º Secretário e este pelo 2.º Secretário.
3. Nas suas faltas ou impedimentos, qualquer dos Secretários é substituído pelo Membro da Assembleia Municipal que seja designado pelo representante do Grupo Municipal a que o mesmo pertença.
4. Na ausência simultânea de todos ou da maioria dos Membros da Mesa, os Membros necessários para integrar a Mesa que vai presidir à reunião, são designados pelo Representante do Grupo

Municipal a que os mesmos pertençam.

5. As substituições referidas nos números anteriores devem, na medida do possível, assegurar a paridade entre homens e mulheres na composição da Mesa, nos termos estabelecidos no artigo 19.º do presente Regimento.
6. O Presidente da Mesa é o Presidente da Assembleia Municipal.

#### ARTIGO 19.º

##### ELEIÇÃO E DESTITUIÇÃO DA MESA

1. A Mesa da Assembleia Municipal é eleita pelo período do mandato pela Assembleia Municipal, de entre os seus Membros, por meio de listas nominativas nas quais constam os cargos a desempenhar pelos respetivos candidatos, realizando-se a eleição por escrutínio secreto.
2. Sob pena de nulidade da eleição da Mesa, as listas referidas no número anterior têm de ser compostas de modo a respeitar a paridade entre homens e mulheres.
3. Nos termos da lei e para efeitos de aplicação do presente regimento, entende-se por paridade entre homens e mulheres a existência de pelo menos um candidato de cada um dos géneros na lista referida no n.º 1 do presente artigo.
4. A Mesa deve, na medida do possível, ter uma composição em que estejam representados o maior Grupo Municipal e, pelo menos, um dos Grupos Municipais dos titulares de direito de oposição.
5. A destituição da Mesa ou de qualquer um dos seus Membros pode ocorrer a todo o tempo, mediante deliberação tomada pela maioria do número legal de Membros da Assembleia Municipal em efectividade de funções e por escrutínio secreto.
6. A Mesa destituída mantém-se em funções até à conclusão do novo processo de eleição.
7. A eleição da nova Mesa da Assembleia deve ter lugar na reunião seguinte, a realizar no prazo máximo de 30 dias.
8. Em caso de dissolução da Assembleia Municipal ou termo de mandato, a Mesa mantém-se em funções até à instalação da nova Assembleia.

#### ARTIGO 20.º

##### RENÚNCIA, SUSPENSÃO E PERDA DE MANDATO

1. Em caso de vacatura de cargo na mesa, por motivos de renúncia ou mesmo perda de mandato, é preenchido através de eleição, por escrutínio secreto, a efectuar, consoante o caso, na própria reunião ou na reunião imediatamente seguinte, a realizar no prazo máximo de 30 dias.
2. Os elementos da Mesa que por motivo de suspensão de mandato, estiverem impedidos de exercer temporariamente o respetivo cargo, são substituídos na Mesa de acordo com o previsto no artigo 18.º do presente Regimento.

#### ARTIGO 21.º

##### COMPETÊNCIA DA MESA

1. Compete à Mesa da assembleia Municipal:
  - a. Verificar os poderes dos Membros chamados à efetividade depois de instalada a Assembleia Municipal;
  - b. Elaborar o projeto de Regimento da Assembleia Municipal ou propor a constituição de um Grupo de Trabalho para o efeito.
  - c. Deliberar sobre questões de interpretação e integração de lacunas no Regimento;
  - d. Verificar a conformidade legal e admitir as propostas da Câmara Municipal sujeitas à competência deliberativa da Assembleia Municipal.

- e. Encaminhar, em conformidade com o Regimento, as iniciativas dos Membros da Assembleia Municipal, dos Grupos Municipais e da Câmara Municipal;
  - f. Assegurar a redação final das deliberações;
  - g. Realizar ações que lhe sejam determinadas pela Assembleia Municipal no exercício da competência de acompanhamento e fiscalização da atividade da Câmara Municipal.
  - h. Encaminhar para a Assembleia Municipal as petições e queixas dirigidas à mesma;
  - i. Requerer à Câmara Municipal ou aos seus Membros a documentação e informação que considerem necessárias ao exercício das competências da Assembleia Municipal;
  - j. Proceder à marcação e justificação de faltas dos membros da Assembleia Municipal nas sessões e reuniões da Assembleia Municipal ou Comissões especializadas;
  - k. Comunicar à Assembleia Municipal a recusa da prestação de quaisquer informações ou documentos, bem como a falta de colaboração por parte da Câmara Municipal ou dos seus Membros;
  - l. Comunicar à Assembleia Municipal as decisões judiciais relativas à perda de mandato em que incorra qualquer Membro;
  - m. Dar conhecimento à Assembleia Municipal do expediente relativo a assuntos relevantes;
  - n. Exercer os poderes funcionais e cumprir as diligências que lhe sejam determinadas pela Assembleia Municipal;
  - o. Propor a inscrição, no orçamento municipal, de dotações discriminadas em rubricas próprias para pagamento das senhas de presença, ajudas de custo e subsídios de transporte dos Membros da Assembleia Municipal, bem como para aquisição dos bens e serviços correntes necessários ao seu funcionamento e representação;
  - p. Exercer as demais competências legais.
2. Das deliberações da Mesa da Assembleia Municipal cabe recurso para o Plenário.

#### **ARTIGO 22.º**

##### *COMPETÊNCIAS DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL*

- 1. Sem prejuízo do disposto na lei, compete ao presidente da Assembleia Municipal:
  - a. Representar a Assembleia Municipal;
  - b. Assegurar o regular funcionamento da Assembleia Municipal e convocar as sessões ordinárias e extraordinárias;
  - c. Admitir ou rejeitar, após verificada a sua regularidade regimental, as reclamações, as propostas de deliberação, as de alteração, os requerimentos e os documentos apresentados à Mesa e assegurar o respetivo agendamento para discussão e votação nos termos do Regimento;
  - d. Dirigir os trabalhos e manter a disciplina das sessões;
  - e. Presidir às sessões e declarar a sua abertura e encerramento;
  - f. Conceder, nos termos regimentais, a palavra aos Membros da Assembleia Municipal e assegurar que o tempo do seu uso respeita os limites fixados;
  - g. Dar oportuno conhecimento à Assembleia Municipal das informações e esclarecimentos que lhe sejam dirigidos, bem como das suas atividades exercidas em representação da Assembleia Municipal e com interesse para esta;
  - h. Dar publicidade, nos termos da lei, com a antecedência mínima de oito dias ou cinco dias, da data, hora e local e ordem de trabalhos das sessões ordinárias ou extraordinárias da Assembleia;
  - i. Dar imediato conhecimento ao Presidente da Câmara Municipal dos pedidos de documentos, de informações ou de esclarecimentos que lhe sejam entregues e diligenciar para que a Câmara forneça em tempo útil, os documentos, as informações e os esclarecimentos pedidos;

- j. Marcar, por sua iniciativa, ou por iniciativa da Mesa ou, na sequência de requerimento de qualquer Membro da Assembleia Municipal ou Grupo Municipal, reuniões com os Membros da Câmara Municipal que estarão presentes para apresentação de propostas da Câmara inseridas no âmbito das competências da Assembleia Municipal e para responder a perguntas e pedidos de esclarecimento dos Membros da Assembleia Municipal sobre a atividade da Câmara;
  - k. Assegurar o cumprimento da Lei e do Regimento e a regularidade das deliberações da Assembleia Municipal;
  - l. Comunicar à Assembleia de Freguesia ou à Câmara Municipal as faltas do Presidente da Junta e do Presidente da Câmara ou dos seus representantes às reuniões da Assembleia Municipal;
  - m. Promover e fiscalizar a publicitação dos regulamentos e demais deliberações da Assembleia Municipal que se destinem a produzir eficácia externa;
  - n. Suspender ou encerrar antecipadamente as sessões, quando circunstâncias excecionais o justifiquem, mediante decisão fundamentada a incluir na ata da reunião;
  - o. Comunicar ao representante do Ministério Público as faltas dos membros da Assembleia, para efeitos legais;
  - p. Autorizar a realização de despesas orçamentadas relativas a senhas de presença, ajudas de custo e subsídios de transporte dos Membros da Assembleia Municipal e de despesas relativas às aquisições de bens e serviços correntes necessárias ao seu regular funcionamento e representação, comunicando o facto, para os devidos efeitos, ao Presidente da Câmara Municipal;
  - q. Assegurar o funcionamento do funcionário de apoio próprio ao funcionamento da Assembleia Municipal e dirigir a atividade do respetivo funcionário;
  - r. Promover a constituição de Comissões Especializadas e Grupos de Trabalho, dar-lhes posse e velar pela observância das funções e prazos que lhe forem fixados pela Assembleia Municipal;
  - s. Integrar o Concelho Municipal de Segurança e o Concelho Municipal de Educação;
  - t. Cumprir as diligências que lhe sejam determinadas pelo Regimento da Assembleia Municipal;
  - u. Assinar a correspondência e documentos expedidos em nome da Assembleia Municipal;
  - v. Exercer as demais competências e poderes funcionais que lhe sejam atribuídos por lei, pelo Regimento ou por deliberação da Assembleia Municipal;
2. Das decisões do Presidente da Assembleia Municipal cabe recurso para o plenário.

#### **ARTIGO 23.º**

##### *COMPETÊNCIAS DOS SECRETÁRIOS*

Sem prejuízo no disposto na Lei, compete especialmente aos Secretários:

- a. Coadjuvar o Presidente da Assembleia Municipal no exercício das suas funções e assegurar o expediente da mesa e da Assembleia Municipal;
- b. Proceder à conferência nas reuniões plenárias, assim como verificar, em qualquer momento o quórum e registar as votações;
- c. Ordenar a matéria a submeter a votação;
- d. Organizar as inscrições dos Membros da Assembleia Municipal, dos Membros da Câmara Municipal e dos demais participantes com direito ao uso da palavra;

- e. Fazer as leituras indispensáveis durante as reuniões plenárias;
- f. Assinar, em caso de delegação do Presidente, a correspondência expedida em nome da Assembleia;
- g. Lavrar as minutas das atas das reuniões de Assembleia Municipal, bem como promover a ordenação e arquivo da respetiva documentação;
- h. Lavrar as atas das sessões, na falta de trabalhador designado para o efeito, e subscrevê-las;
- i. Servir de escrutinadores;
- j. Passar as certidões requeridas nos termos legais.

## **CAPITULO IV**

### *CONFERÊNCIA DE LIDERES DOS GRUPOS MUNICIPAIS*

#### **ARTIGO 24.º**

##### *COMPOSIÇÃO*

1. A Conferência de Lideres dos Grupos Municipais é o órgão consultivo da Mesa, e é composta pelos representantes de todos os Grupos Municipais.
2. A Conferência de Lideres é presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal.
3. A Câmara Municipal pode através do seu Presidente ou de Vereador por si designado, com a concordância do Presidente da Assembleia Municipal, fazer-se representar na Conferência e intervir apenas nos pontos referentes aos assuntos que não se relacionem exclusivamente com a esfera de competências próprias da Assembleia Municipal.

#### **ARTIGO 25.º**

##### *FUNIONAMENTO*

1. A Conferência de Lideres reúne, sempre que convocada pelo Presidente da Assembleia Municipal, por sua iniciativa, por iniciativa da maioria da Mesa ou a pedido de qualquer Grupo Municipal.
2. Os representantes dos Grupos Municipais têm na Conferência de Lideres um número de votos igual ao número de Membros da Assembleia Municipal que representam.
3. As decisões da Conferência de Lideres, na falta de consenso são tomadas por maioria, sem a participação do Presidente da Assembleia na votação.

#### **ARTIGO 26.º**

##### *COMPETÊNCIAS DA CONFERÊNCIA DE LIDERES*

Compete à Conferência de Lideres:

- a. Pronunciar-se sobre assuntos que tenham que ver com o regular funcionamento da Assembleia Municipal e das respetivas Comissões Especializadas;
- b. Acompanhar o desenvolvimento e execução das deliberações aprovadas pela Assembleia Municipal;
- c. Exercer as demais competências previstas no presente Regimento.

## **TITULO II**

### *FUNIONAMENTO E ORGANIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL*

#### **CAPÍTULO I**

##### *FUNIONAMENTO*

#### **SECÇÃO I**

##### *DISPOSIÇÕES GERAIS*

#### **ARTIGO 27.º**

##### *SEDE, INSTALAÇÕES E FUNCIONAMENTO*

1. A Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos tem a sua sede na Vila de Arruda dos Vinhos e nela devem decorrer habitualmente as reuniões compreendidas no âmbito do seu funcionamento.
2. Por decisão do Presidente da Mesa da Assembleia ou da própria Assembleia Municipal, fundamentada em razões relevantes, o Plenário e/ou as Comissões Especializadas podem reunir fora da sede, dentro da área geográfica do concelho.
3. A Assembleia Municipal dispõe, sob a direção do respetivo Presidente, de apoio ao próprio funcionamento da Assembleia Municipal, composto por um funcionário do Município, a afetar pela Câmara Municipal.
4. A Assembleia Municipal tem instalações e equipamentos necessários ao seu funcionamento e representação, a disponibilizar pela Câmara Municipal.
5. No orçamento municipal são inscritas, sob proposta da mesa da Assembleia Municipal, dotações discriminadas em rubricas próprias necessárias à atividade da Assembleia Municipal.

#### **ARTIGO 28.º**

##### *LUGAR NA SALA DE REUNIÕES*

1. Os Membros da Assembleia Municipal tomam lugar na sala pela forma acordada entre o Presidente da Assembleia Municipal e a Conferência de Lideres.
2. Na falta de acordo sobre a distribuição de lugares na sala de reuniões, a Assembleia Municipal deliberará sobre o lugar ocupado na sala de reuniões.
3. Na sala de reuniões, há ainda lugares reservados aos Membros da Câmara Municipal.

#### **ARTIGO 29.º**

##### *LUGAR PARA A ASSISTÊNCIA*

A sala de reuniões tem lugares próprios e delimitados para a presença do público, da comunicação social e de elementos de apoio à Câmara Municipal.

#### **ARTIGO 30.º**

##### *ACESSO DE PESSOAS NÃO AUTORIZADAS AO ESPAÇO RESERVADO AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL*

Durante as reuniões e, salvo deliberação em contrário, não é permitida a presença no espaço do Plenário reservado aos Membros da Assembleia Municipal de pessoas que não tenham nela assento, não estejam ao seu serviço ou não se encontrem nas situações previstas na Lei e no presente Regimento.

#### **ARTIGO 31.º**

##### *CONVOCAÇÃO DAS SESSÕES*

1. As sessões da Assembleia Municipal serão convocadas por edital e através de correio eletrónico ou, mediante manifestações expressa do Membro da Assembleia Municipal, por carta com aviso de receção com a antecedência mínima de oito dias ou cinco dias sobre a data da sua realização, conforme se trate, respetivamente, de sessões ordinárias ou extraordinárias.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as sessões da Assembleia Municipal são convocadas, sempre que possível, com prazos superiores aos mínimos legalmente estabelecidos.
3. Sem prejuízo do número anterior, os documentos que instruem o processo deliberativo devem, também, ser entregues, através de uma cópia em papel, a todos os Grupos Municipais e aos Membros da Assembleia Municipal que expressamente o requeiram.

4. Sempre que necessário, a Assembleia Municipal pode reunir mais do que uma vez no decurso da mesma sessão, até esgotar a ordem de trabalho.
5. As datas de continuação dos trabalhos de uma sessão podem ser anunciadas em cada uma das reuniões, para um prazo não inferior a sete dias, devendo ser comunicadas sob qualquer forma aos Membros ausentes.
6. As sessões da Assembleia Municipal não podem exceder a duração de cinco dias e um dia, consoante se trate de sessão ordinária ou extraordinária, salvo se a própria Assembleia Municipal deliberar o seu prolongamento.

#### **ARTIGO 32.º**

##### *QUÓRUM*

1. A Assembleia Municipal só pode reunir e deliberar quando esteja presente a maioria do número legal dos seus membros.
2. Feita a chamada, que deve ser iniciada até 15 minutos após a hora indicada na convocatória, e verificada a não existência de quórum, deve aguardar-se pelo período máximo de 30 minutos, findo o qual é feita nova chamada.
3. Persistindo a falta de quórum, o Presidente considera a reunião cancelada e designa outro dia e hora para nova sessão ou reunião.
4. Das sessões ou reuniões canceladas por falta de quórum é elaborada ata onde se registam as presenças e as ausências dos Membros da Assembleia dando lugar à marcação de falta dos ausentes.
5. O quórum da Assembleia Municipal pode ser verificado em qualquer momento da reunião, por iniciativa do Presidente ou a requerimento de qualquer dos Membros da Assembleia Municipal.

#### **ARTIGO 33.º**

##### *CONTINUIDADE DAS REUNIÕES*

1. As reuniões não podem ser interrompidas salvo por decisão do Presidente da Assembleia Municipal, para os seguintes efeitos:
  - a. Intervalos;
  - b. Restabelecimento da ordem na sala ou garantir o bom andamento dos trabalhos;
  - c. Falta de quórum;
  - d. Exercício do direito de interrupção a requerimento da cada grupo Municipal por período não superior a cinco minutos e no máximo de duas vezes por reunião;
  - e. Circunstâncias excecionais e devidamente fundamentadas.
2. No caso previsto na alínea c) do número anterior, mantendo-se a falta de quórum 15 minutos após o momento da suspensão dos trabalhos, o Presidente da Mesa dá a reunião por terminada, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo anterior.

## **SECÇÃO II**

### *SESSÕES E REUNIÕES*

#### **ARTIGO 34.º**

##### *SESSÕES ORDINÁRIAS*

1. A Assembleia Municipal reúne em cinco sessões ordinárias anuais, em fevereiro, abril, junho, setembro e novembro ou dezembro.
2. A apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e ainda a apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano anterior devem ter lugar na sessão ordinária de abril.
3. A aprovação das Grandes Opções do Plano e da proposta de Orçamento para o ano seguinte deve ter lugar na sessão de novembro, salvo o previsto no número seguinte.

4. A aprovação das Grandes Opções do Plano e da proposta de Orçamento para o ano imediato ao da realização de eleições intercalares nos meses de novembro ou dezembro tem lugar em sessão ordinária ou extraordinária da Assembleia Municipal que resultar do ato eleitoral, até ao fim do mês de Abril do referido ano.

#### **ARTIGO 35.º**

##### *SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS*

1. A Assembleia Municipal reúne em sessão extraordinária por iniciativa do Presidente da Assembleia Municipal, quando a Mesa assim o deliberar ou após requerimento:
  - a. Do Presidente da Câmara Municipal, em execução de deliberação desta;
  - b. De um terço dos Membros da Assembleia;
  - c. De um número de cidadãos eleitores inscritos no recenseamento eleitoral do Município equivalente a 5% do número de cidadãos eleitores.
2. O requerimento aos quais se reporta a alínea c) do número anterior deve ser apresentado por escrito com indicação dos assuntos que os requerentes pretendem ver discutidos e deve ser acompanhado de documento comprovativo da qualidade de cidadão recenseado na área do Município.
3. O Presidente da Assembleia Municipal, no prazo de cinco dias após a sua iniciativa, a iniciativa da Mesa ou a receção dos requerimentos previstos no n.º 1, convoca, nos termos do artigo 35.º do presente Regimento, a sessão, a qual deve ser realizada no prazo mínimo de três dias e máximo de dez dias após a sua convocação.
4. Da convocatória devem constar, de forma expressa e especificada, os assuntos a tratar na sessão.
5. Quando o Presidente da Assembleia Municipal não convoque a sessão requerida, podem os requerentes convocá-la diretamente, com invocação dessa circunstância, observando o disposto no n.º 3, com as devidas adaptações, e promovendo a respetiva publicação nos locais habituais.
6. Têm o direito de participar nas sessões extraordinárias, nos termos da alínea c) do n.º 1, dois representantes dos requerentes.
7. Os representantes a que se refere o n.º 6 participam na Assembleia Municipal, sem direito a voto, podendo usar da palavra durante quinze minutos e formular sugestões ou propostas, as quais só são votadas pela Assembleia Municipal se esta assim o deliberar.
8. O tempo de intervenção referido no número anterior pode ser aumentado por deliberação da Mesa, ouvida a Conferência de Liders

## **CAPÍTULO II**

### *ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS*

## **SECÇÃO I**

### *DISPOSIÇÕES GERAIS*

#### **ARTIGO 36.º**

##### *PERÍODO DAS REUNIÕES*

1. Em cada sessão ordinária, há um período designado de Intervenção do Público, seguido de um Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD) e de outro designado de Ordem do Dia, exceto nas sessões de discussão das Grandes Opções do Plano e Orçamento, onde não terá lugar o Período Antes da Ordem do Dia.
2. Em cada sessão extraordinária, há apenas os períodos designados de intervenção do público e ordem do dia.

## **ARTIGO 37.º**

### *PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO*

1. Durante o período de intervenção do público, qualquer cidadão pode solicitar os esclarecimentos que entender sobre assuntos relacionados com o município, devendo para o efeito proceder, antecipadamente, à sua inscrição na Mesa.
2. A palavra será dada por ordem das inscrições de cada intervenção e deverá ter a duração máxima de cinco minutos.
3. A Mesa, o Grupo Municipal ou a Câmara Municipal prestarão os esclarecimentos solicitados, ou se tal não for possível, será o cidadão esclarecido, posteriormente por escrito.
4. Não existirá tempo limitado para prestar os esclarecimentos referidos no número anterior.

## **ARTIGO 38.º**

### *PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA*

1. O Período de Antes da Ordem do Dia é destinado:
  - a. À leitura resumida do expediente pela Mesa;
  - b. À identificação dos pedidos de informação ou de esclarecimento que tenham sido formulados no intervalo das sessões da Assembleia Municipal, ao anúncio das respostas dadas pela Câmara Municipal e à resposta a questões anteriormente colocadas pelo público;
  - c. À resposta às questões colocadas pelos Membros sempre que as mesmas não tenham sido esclarecidas quando enunciadas, ou posteriormente por escrito;
  - d. Ao tratamento e apreciação pelos Membros da Assembleia Municipal de assuntos de interesse público relevantes para o Município;
  - e. À emissão de votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar e apreciação de recomendações e de resoluções, apresentados nos termos do presente Regimento, sem prejuízo de poderem ser incluídos no período da ordem do dia;
  - f. À votação, por ordem de chegada, das propostas de deliberação referida na alínea anterior
2. Os membros da Assembleia Municipal ou os Grupos Municipais deverão dar entrada das propostas de deliberação referidas na alínea e) do número anterior, nos serviços da Assembleia Municipal, até às 12 horas do primeiro dia útil anterior ao da realização da reunião em que haja Período de Antes da Ordem do Dia, devendo ser distribuídas aos líderes até às 17,30 horas desse mesmo dia.
3. Quando as propostas de deliberação referidas na alínea e) do n.º 1 do presente artigo tenham sido apresentadas com objetos similares, com textos sobre o mesmo assunto e com pontos conclusivos de orientação idêntica, o Presidente da Assembleia Municipal convida os respetivos proponentes a proceder à sua concertação.
4. O Período Antes da Ordem do Dia tem a duração máxima de 60 minutos, dispondo a Câmara Municipal de tempo igual ao do maior partido, grupo ou agrupamento representado na Assembleia, para prestar esclarecimentos convenientes, de acordo com a Grelha constante do Anexo do presente Regimento.

## **ARTIGO 39.º**

### *PERÍODO DA ORDEM DO DIA*

1. A ordem do dia é elaborada pelo Presidente da Assembleia Municipal, com a colaboração do funcionário afetado à Assembleia Municipal.
2. Sem prejuízo da inclusão de matérias propostas pela Câmara Municipal, nos termos da lei, a ordem do dia deve incluir os assuntos indicados pelos Membros da Assembleia Municipal, desde que sejam da competência desta e o pedido apresentado com uma

antecedência mínima de:

- a. Cinco dias úteis sobre a data da sessão ou reunião, no caso de sessões ou reuniões ordinárias;
  - b. Oito dias úteis sobre a data da sessão ou reunião, no caso de sessões ou reuniões extraordinárias.
3. No Período da Ordem do Dia, não podem ser tomadas deliberações sobre matéria não contida na convocatória, salvo se, tratando-se de reunião ordinária, pelo menos dois terços dos Membros em efetividade de funções reconhecerem a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos não incluídos na ordem do dia.
  4. A Câmara Municipal pode solicitar à Mesa prioridade para inclusão na ordem do dia de assuntos de interesse do Município de resolução urgente, o que a mesma decidirá.
  5. A sequência das matérias fixadas para cada sessão ou reunião pode ser modificada por deliberação da Assembleia Municipal, por maioria dos seus Membros.
  6. Da ordem do dia das sessões ordinárias consta, obrigatoriamente, um ponto referente à aprovação de atas e um ponto referente à apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município a entregar à Assembleia Municipal nos termos da Lei.
  7. Os tempos de intervenção são geridos de acordo com a respetiva grelha de tempos definida nos termos do Anexo I do presente Regimento, do qual faz parte integrante.
  8. A apresentação de cada proposta pelo Membro da Assembleia Municipal proponente, pelo Grupo Municipal proponente ou pela Câmara Municipal é obrigatória e dever-se-á limitar à indicação sucinta do seu objeto e fins que visa prosseguir.

## **SECÇÃO II**

### *USO DA PALAVRA*

## **ARTIGO 40.º**

### *USO DA PALAVRA PELOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL*

1. A palavra é concedida aos Membros da Assembleia Municipal para o exercício dos direitos ou poderes conferidos pelo presente Regimento.
2. Salvo disposição em contrário, o tempo de uso da palavra utilizado pelos Membros da Assembleia Municipal é considerado para a contagem do tempo global do respetivo Grupo Municipal.

## **ARTIGO 41.º**

### *USO DA PALAVRA PELOS MEMBROS DA MESA*

Se os membros da Mesa da Assembleia Municipal quiserem usar da palavra em reunião em que se encontrem em funções, não podem reassumir os lugares na Mesa enquanto estiver em debate o assunto em que tenham intervindo, devendo reassumi-lo em momento imediatamente anterior à votação, se esta ocorrer.

## **ARTIGO 42.º**

### *USO DA PALAVRA PELOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL*

1. A palavra é concedida ao presidente da Câmara Municipal, ao seu substituto legal ou aos Vereadores que aqueles designem para:
  - a. No período de “Antes da Ordem do Dia”:
    - i. Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo Presidente da Assembleia e pelos Membros da Assembleia Municipal.
  - b. No período da “ordem do dia”:
    - i. Apresentar a informação escrita acerca da atividade da Câmara Municipal e da situação financeira do Município nos termos legalmente definidos e prestar esclarecimentos que

lhes forem solicitados pelo Presidente da Assembleia e pelos Membros da Assembleia Municipal;

- ii. Apresentar os documentos submetidos pela Câmara Municipal nos termos legais à apreciação da Assembleia;
  - iii. Intervir nas discussões sem direito a voto;
  - iv. Exercer, quando o invoque, e dentro do tempo da Câmara Municipal, o direito de resposta;
  - v. Fazer protestos e contraprotestos.
- c. No período de intervenção do público:
- i. Prestar os esclarecimentos que lhes forem solicitados pela Mesa, na sequência de intervenção do público.
  - d. Invocar o Regimento ou interpelar a Mesa.
2. É concedida a palavra aos Vereadores para intervir, sem direito a voto, nas discussões a solicitação do Plenário da Assembleia ou com a anuência do Presidente da Câmara ou do seu substituto legal
3. A palavra é ainda concedida aos Vereadores para o exercício do direito de defesa da honra ou consideração nos termos definidos no presente Regimento.

#### **ARTIGO 43.º**

##### *SOLICITAÇÃO E CONCESSÃO DA PALAVRA*

1. A palavra pode ser solicitada em qualquer momento, por braço no ar, devendo quem o faz declarar para que fim a pretende utilizar.
2. A palavra será concedida por ordem de inscrição, salvo disposição em contrário do presente regulamento.

#### **ARTIGO 44.º**

##### *MODO DE USAR A PALAVRA*

1. No uso da palavra, os oradores dirigem-se ao presidente da Assembleia Municipal, aos Membros da Assembleia Municipal, aos representantes da Câmara Municipal e ao público presente e deverão fazê-lo de pé, salvo se a tal obstem razões de saúde.
2. O orador não pode ser interrompido sem o seu consentimento, não sendo, porém, consideradas interrupções as vozes de concordância ou análogas.
3. O orador pode ser avisado pelo Presidente da Assembleia Municipal para resumir as suas considerações quando se aproxime o termo do tempo da sua intervenção.

#### **ARTIGO 45.º**

##### *INVOCAÇÃO DO REGIMENTO E INTERPELAÇÃO À MESA*

1. O Membro da Assembleia Municipal que pedir a palavra para invocar o Regimento indica a norma infringida, com as considerações indispensáveis para o efeito.
2. Os Membros da Assembleia Municipal podem interpelar a Mesa quando tenham dúvidas sobre as decisões desta ou a orientação dos trabalhos.
3. Não há justificação nem discussão das perguntas dirigidas à Mesa.
4. O uso da palavra para invocar o Regimento ou interpelar a Mesa não pode exceder três minutos e não será considerado para a contagem do tempo global de cada grupo Municipal.

#### **ARTIGO 46.º**

##### *REQUERIMENTOS À MESA*

1. São considerados requerimentos os pedidos dirigidos à Mesa respeitantes à apresentação, discussão e votação de qualquer assunto ou funcionamento da reunião.
2. Os requerimentos podem ser formulados por escrito ou oralmente, podendo o Presidente da Assembleia Municipal, sempre que o entender conveniente, determinar que um requerimento oral seja

formulado por escrito.

3. Os requerimentos orais, assim como a leitura dos requerimentos escritos, se pedida, não podem exceder três minutos e não serão considerados para a contagem do tempo global de cada Grupo Municipal.
4. Os requerimentos, uma vez admitidos, são imediatamente votados.
5. A votação dos requerimentos é feita pela ordem da sua apresentação.
6. Relativamente à votação dos requerimentos, não são admitidas declarações de voto na forma oral.

#### **ARTIGO 47.º**

##### *RECURSOS*

1. Qualquer Grupo Municipal ou Membro da Assembleia Municipal pode recorrer para o Plenário da decisão do Presidente da Assembleia Municipal ou da Mesa da Assembleia Municipal.
2. O Grupo Municipal ou Membro da Assembleia Municipal que tiver recorrido pode usar da palavra para fundamentar o recurso por tempo não superior a três minutos.
3. Para intervir sobre o objeto do recurso, pode, também, usar da palavra, por tempo não superior a três minutos, um representante de cada Grupo Municipal.
4. Os tempos utilizados pelos Grupos Municipais, nos termos dos números anteriores, não serão considerados para a contagem do tempo global de cada Grupo Municipal.
5. Relativamente à votação dos recursos, não são admitidas declarações de voto na forma oral.

#### **ARTIGO 48.º**

##### *PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO*

1. A palavra para esclarecimento limita-se à formulação concisa da pergunta e da resposta sobre dúvidas resultantes da intervenção que tenha acabado de ocorrer.
2. Os Membros da Assembleia Municipal que queiram formular pedidos de esclarecimento devem inscrever-se no termo da intervenção que os suscitou, sendo formulados pela ordem de inscrição e respondidos em conjunto, se o interpelado assim o entender.
3. O orador interrogante e o orador respondente dispõem de três minutos por cada intervenção, sendo que, se este optar por responder, em conjunto, no fim de todos os pedidos, a sua intervenção não poderá exceder os 10 minutos.

#### **ARTIGO 49.º**

##### *REACÇÃO CONTRA OFENSAS À HONRA OU CONSIDERAÇÃO*

1. Sempre que um Membro da Assembleia Municipal ou um Membro da Câmara Municipal considere que foram proferidas expressões ofensivas da sua honra ou consideração, pode, para se defender, usar da palavra por tempo não superior a três minutos, imediatamente após a intervenção que a tenha provocado.
2. O autor das expressões consideradas ofensivas pode dar explicações por tempo não superior a três minutos.
3. Os direitos consignados nos números anteriores também podem ser exercidos por um Grupo Municipal, através do seu líder.

#### **ARTIGO 50.º**

##### *PROTESTOS E CONTRAPROTESTOS*

1. Por cada Grupo Municipal e sobre a mesma matéria apenas é permitido um protesto por reunião.
2. Não são admitidos protestos a pedidos de esclarecimento e às respetivas respostas, bem como a declarações de voto e defesa da

honra.

3. O tempo para protesto não pode ser superior a três minutos.
4. Os contraprotestos não podem exceder três minutos por cada, nem cinco minutos no total.

#### **ARTIGO 51.º**

##### *PROIBIÇÃO DO USO DA PALAVRA NO PERÍODO DA VOTAÇÃO*

1. Anunciado o período de votação, nenhum Membro da Assembleia Municipal pode usar da palavra até à proclamação do resultado, exceto para apresentar requerimentos ou solicitar esclarecimentos relativamente ao processo de votação.
2. Os requerimentos ou pedidos de esclarecimento referidos no número anterior deverão ser formulados antes do início da votação, sendo rejeitados pela Mesa no caso de a respetiva apresentação ocorrer após o início da votação.

#### **ARTIGO 52.º**

##### *DECLARAÇÃO DE VOTO*

1. Cada Grupo Municipal ou cada Membro da Assembleia Municipal a título individual têm o direito de produzir, no final de cada votação, uma declaração de voto esclarecendo o sentido da sua votação.
2. As declarações de voto podem ser escritas ou orais, quando produzidas pelos Grupos Municipais e apenas escritas quando produzidas a título individual.
3. As declarações de voto orais não podem exceder três minutos.
4. As declarações de votos escritas são entregues na Mesa da Assembleia Municipal, até cinco dias úteis após o termo da reunião, e deverão ser anexas à respectiva acta da sessão.
5. Os Presidentes de Junta de Freguesia têm, nessa qualidade, o direito de formular declarações de voto orais, nos termos do presente artigo, relativamente a votações em que estejam em causa assuntos que especificamente se refiram às freguesias que representam ou que as envolvam.

### **SECÇÃO III**

#### *DELIBERAÇÕES E VOTAÇÕES*

#### **SUBSECÇÃO I**

##### *DISPOSIÇÕES GERAIS*

#### **ARTIGO 53.º**

##### *MAIORIA*

1. A Assembleia Municipal só pode deliberar se estiver presente a maioria do número legal dos seus Membros em efetividade de funções, previamente verificada.
2. Salvo nos casos previstos na Lei, as deliberações são tomadas à pluralidade de votos, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate.
3. As abstenções não contam para o apuramento da maioria.

#### **ARTIGO 54.º**

##### *VOTO*

1. Cada Membro da Assembleia Municipal tem direito a um voto.
2. Nenhum Membro da Assembleia Municipal presente poderá deixar de votar, sem prejuízo do direito de abstenção.
3. Não é admitido o voto por procuração ou por correspondência.

#### **ARTIGO 55.º**

##### *FORMAS DE VOTAÇÃO*

1. As votações realizam-se por uma das seguintes formas:

- a. Por braço no ar, que constitui a forma usual de votar;
  - b. b) Por escrutínio secreto, nos casos expressamente previstos no presente artigo;
  - c. c) Votação nominal, quando requerida por qualquer dos Grupos Municipais e aceite por maioria da Assembleia Municipal,
2. A votação nominal faz-se pela sequência de chamada dos membros da Assembleia, salvo quanto ao Presidente, que vota em último lugar.
  3. A votação é por escrutínio secreto:
    - a. Quando esteja em causa a apreciação de comportamentos ou de qualidades de uma pessoa;
    - b. Quando estejam em causa eleições, designadamente para órgãos internos e para órgãos das entidades intermunicipais;
    - c. Sempre que a Assembleia o delibere;
    - d. Sempre que um Grupo Municipal assim o requeira e a maioria da Assembleia o aceite.
  4. Não podem estar presentes no momento da discussão nem da votação os Membros da Assembleia Municipal em relação aos quais se verifique conflito de interesses, designadamente traduzido em situações de impedimento.

#### **ARTIGO 56.º**

##### *HORA PARA VOTAÇÕES*

1. As votações realizam-se no final da discussão onde se incluem as propostas objeto de votação.
2. Excepcionalmente, o Presidente da Assembleia, pode fixar outro momento para a votação.

#### **ARTIGO 57.º**

##### *PROCESSO DE VOTAÇÃO*

1. Sempre que se tenha de proceder a uma votação, o Presidente da Assembleia Municipal anuncia-o de forma clara, a fim de que os Membros da Assembleia possam tomar, atempadamente, os seus lugares.
2. Aquando da votação por escrutínio secreto, procede-se à chamada nominal de todos os Membros da Assembleia Municipal, findo o que se efectua uma segunda chamada, desta vez apenas com os membros que não responderam à primeira.
3. Terminada a segunda chamada, é encerrada a urna, procedendo-se de seguida à contagem dos votos e ao anúncio dos resultados.

#### **ARTIGO 58.º**

##### *EMPATE NA VOTAÇÃO*

1. Em caso de empate na votação, o presidente da Assembleia Municipal dispõe de voto de qualidade, salvo se a votação se tiver realizado por escrutínio secreto.
2. Havendo empate na votação por escrutínio secreto, procede-se imediatamente a nova votação e, se o empate se mantiver adia-se a deliberação para a reunião seguinte.
3. Mantendo-se o empate na primeira votação da reunião seguinte, procede-se a votação nominal.

#### **SUBSECÇÃO II**

##### *REGULAMENTOS*

#### **ARTIGO 59.º**

##### *PODERES DE INICIATIVA*

Os Membros da Assembleia Municipal têm direito de emenda das propostas apresentadas pela Câmara Municipal.

## **ARTIGO 60.º**

### *LIMITES*

1. As propostas de posturas e demais regulamentos devem ser acompanhados de uma nota justificativa fundamentada que inclua a indicação dos respetivos custos e benefícios.
2. Os projetos de alteração dos Membros da Assembleia Municipal não podem descaracterizar a proposta de posturas e demais regulamentos.
3. Os Membros da Assembleia Municipal não podem apresentar projetos de alteração que impliquem, no ano económico em curso, aumento das despesas ou diminuição das receitas.

## **SUBSECÇÃO III**

### *APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E SUAS REVISÕES E DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS*

## **ARTIGO 61.º**

### *CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA*

As sessões de Assembleia Municipal, para fins consignados nesta subsecção, serão marcadas pelo Presidente da Assembleia Municipal, ouvido o Presidente da Câmara Municipal.

## **ARTIGO 62.º**

### *APRESENTAÇÃO*

1. A apresentação das Grandes Opções do Plano, Orçamentos e suas revisões do Município e dos documentos de Prestação de Contas é feita pelo Presidente da Câmara, podendo intervir os Vereadores relativamente a certos assuntos específicos, e o auditor externo responsável pela certificação legal de contas.
2. A apresentação pelo Presidente da Câmara, pelos Vereadores ou pelo auditor externo, dos documentos previsionais e de prestação de contas do Município deve ter lugar no tempo máximo de 30 minutos.
3. Finda a apresentação a que se refere os números anteriores, seguir-se-á um período pré-estabelecido para pedidos de esclarecimento a que a Câmara Municipal e o auditor externo responsável pela certificação legal de contas devem responder de acordo com o Anexo I do presente Regulamento.

## **ARTIGO 63.º**

### *DEBATE*

1. No debate intervirão os Membros da Assembleia Municipal, bem como o Presidente da Câmara e qualquer Vereador de acordo com o estipulado no presente regimento.
2. O Presidente da Assembleia ordenará as inscrições, sempre que seja possível, de modo a conceder a palavra alternadamente a diferentes Grupos Municipais e à Câmara Municipal.
3. Os tempos de intervenção neste período de debate são definidos e distribuídos pelos Grupos Municipais, de acordo com o disposto na respetiva grelha de tempos constante no Anexo do presente Regimento, do qual faz parte integrante.

## **ARTIGO 64.º**

### *ENCERRAMENTO DO DEBATE*

Após as intervenções previstas no artigo anterior, o debate será encerrado pelo Presidente da Assembleia e colocará à votação.

## **ARTIGO 65.º**

### *MOÇÃO DE REJEIÇÃO E SUA VOTAÇÃO*

1. Até ao encerramento do debate e sem prejuízo deste, poderá qualquer Grupo Municipal apresentar uma moção de rejeição,

devidamente fundamentada, das Grandes Opções do Plano e dos Orçamentos do Município, das suas revisões ou dos documentos de prestação de contas.

2. Havendo moções de rejeição, estas serão votadas em primeiro lugar e pela ordem da sua apresentação.
3. Até à votação, as moções de rejeição apresentadas podem ser retiradas.
4. A moção de rejeição terá de ser aprovada por maioria absoluta dos Membros da Assembleia Municipal em efetividade de funções.
5. Em caso de aprovação da moção de rejeição a qualquer dos documentos referidos no n.º 1, no mais breve tempo possível, a Câmara Municipal deverá apresentar uma nova proposta.
6. Em caso de atraso na aprovação do Orçamento do Município, mantêm-se em execução o -Orçamento do Município em vigor no ano anterior, com as modificações que, entretanto, lhe tenham sido introduzidas até 31 de dezembro.

## **ARTIGO 66.º**

### *ALTERAÇÕES E REVISÕES ORÇAMENTAIS*

1. A Câmara Municipal deverá informar de forma detalhada a Assembleia Municipal das alterações significativas, durante a execução do Orçamento Municipal.
2. A proposta de revisão orçamental apresentada pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal para discussão e votação deve ser precedida da disponibilização de um documento apresentado atempadamente nos termos do presente Regimento.
3. Caso a variação da receita total e da despesa total seja superior a 5% do valor orçamentado inicialmente, as revisões aos quadros de despesas e receitas orçamentadas devem ser complementadas por um documento justificativo

## **SUBSECÇÃO IV**

### *MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES*

## **ARTIGO 67.º**

### *MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES*

1. Revestem a forma de moção as deliberações da Assembleia Municipal que visam tomar posição perante a Câmara Municipal, quaisquer Órgãos do Estado ou entidades públicas sobre assuntos de interesse público relevantes para o Município.
2. Revestem a forma de moções de censura:
  - a. As deliberações da Assembleia Municipal que visem censurarem a ação da Câmara Municipal;
  - b. As deliberações da Assembleia Municipal que, com o limite de uma vez por mandato, que visam censurar a ação do secretariado executivo intermunicipal.
3. Revestem a forma de recomendação à Câmara Municipal:
  - a. As deliberações da Assembleia Municipal que resultem da competência de acompanhamento e fiscalização da actividade da Câmara;
  - b. As deliberações da Assembleia Municipal que, resultem das competências de apreciação da execução dos contratos de delegação de competências do Estado para a Câmara Municipal, entre a Câmara Municipal e a Comunidade Intermunicipal e entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia;
  - c. As deliberações da Assembleia Municipal que resultam das competências de acompanhamento e monitorização da execução das competências descentralizadas, ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto, e dos diplomas legais de âmbito sectorial.

## SECÇÃO IV

### PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS

#### ARTIGO 68.º

##### PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

1. Em cada sessão ordinária e extraordinária à exceção do disposto para o direito de petição e para a participação em debates específicos, o Presidente da Assembleia fixa um período de intervenção aberto ao público não superior a 30 minutos, que tem lugar no início na sessão e anteriormente ao Período Antes da Ordem do Dia, com vista à apresentação de pedidos de esclarecimento dirigidos à Mesa da Assembleia Municipal sobre assuntos de interesse público relacionados com o Município.
2. A intervenção do público a que se refere o presente artigo é dirigida à Mesa da Assembleia Municipal, sendo vedada a interpelação direta e personalizada a qualquer Membro da Assembleia Municipal ou da Câmara Municipal.
3. Cada interveniente usa a palavra por uma só vez, só devendo a Mesa da Assembleia aceitar um máximo de dez inscrições por cada período de intervenção do público, sendo as mesmas rateadas em partes iguais, por intervenção, não devendo exceder cinco minutos por pessoa.
4. Terminado o período fixado nos termos do n.º 1, a Mesa da Assembleia Municipal dá resposta às perguntas formuladas.
5. Se a Mesa da Assembleia não estiver habilitada a prestar os esclarecimentos solicitados, poderá solicitar a qualquer Membro da Assembleia Municipal ou da Câmara Municipal, habilitado para tal, que esclareça o interessado imediatamente ou, não sendo possível, posteriormente prestará os esclarecimentos solicitados por escrito, no prazo máximo de 15 dias.
6. As intervenções dos cidadãos e as respostas dadas serão parte integrante da ata.

#### ARTIGO 69.º

##### INSCRIÇÕES

1. Os interessados em usar da palavra no período de intervenção do público, devem fazer a sua inscrição que será aceite por ordem de entrada.
2. Na inscrição, devem indicar o seu nome e serem informados que haverá registo áudio e, sempre que possível, de vídeo.
3. Podem inscrever-se as pessoas, de idade igual ou superior a 18 anos, salvo quando a Mesa da Assembleia Municipal considerar justificada a intervenção de cidadãos de idade inferior.

#### ARTIGO 70.º

##### DIREITO DE PETIÇÃO

1. É garantido aos cidadãos e às organizações de moradores o direito de petição à Assembleia Municipal.
2. As petições, em geral, poderão revestir a forma de petição, representação, reclamação ou queixa.
3. As petições, individuais ou coletivas, são dirigidas ao Presidente da Assembleia Municipal, assinadas pelos respectivos titulares e com a identificação completa de um dos signatários, podendo ser entregues presencialmente, por via postal, por via de correio eletrónico ou de outros meios de comunicação.
4. Após a receção de petições, o Presidente da Assembleia Municipal dá conhecimento da receção à Assembleia Municipal no período da leitura do expediente e procede às diligências que considerar necessárias, ouvindo os peticionários e requerendo à Câmara Municipal e aos serviços as informações adequadas.

5. Destas diligências será elaborado um relatório no prazo fixado de 30 dias, podendo, em função do interesse público do assunto, o Presidente da Assembleia propor o seu agendamento para discussão à Conferência de Líderes.
6. A apreciação deste relatório relativo às petições subscritas por um mínimo de 150 cidadãos, ou por organizações de moradores, é obrigatoriamente inscrita na ordem do dia de uma sessão da Assembleia Municipal, durante a qual os primeiros subscritores das mesmas podem usar a palavra durante um total de 10 minutos.

#### ARTIGO 71.º

##### USO DA PALAVRA PELO PÚBLICO

O modo do uso da palavra pelo público é definido nos n.ºs 2 e 3 do artigo 44.º e no artigo 68.º do presente Regimento.

#### ARTIGO 72.º

##### PARTICIPAÇÃO EM DEBATES ESPECÍFICOS

As organizações, instituições e individualidades podem participar e intervir nos debates específicos, de acordo com o formato aprovado pela Mesa Assembleia Municipal.

#### ARTIGO 73.º

##### PARTICIPAÇÃO DE ELEITORES

A Assembleia Municipal reúne em sessão extraordinária a requerimento de um número de cidadãos eleitores inscritos no recenseamento eleitoral do Município, equivalente a 5% do seu número, nos termos do disposto no artigo 35.º do presente Regimento.

## SECÇÃO V

### PUBLICIDADE DOS TRABALHOS E DOS ATOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

#### ARTIGO 74.º

##### PUBLICIDADE DAS SESSÕES E REUNIÕES

As sessões e reuniões da Assembleia Municipal são públicas.

#### ARTIGO 75.º

##### ATAS

1. De cada sessão ou reunião é lavrada ata, a qual deve conter a indicação do dia e local, os Membros presentes e os Membros ausentes, com a respectiva justificação, se for o caso, a menção dos assuntos incluídos na ordem do dia, os assuntos apreciados e as respetivas deliberações, incluindo a forma e sentido das votações, e tendo havido intervenções do público, a referência a estas e às respostas dadas, assim como ao facto de ter sido lida e aprovada.
2. A ata é submetida à aprovação de todos os Membros, no final da respetiva sessão ou reunião ou no início da seguinte, sendo assinados, após a aprovação, pelo Presidente e por quem a lavrou.
3. A ata ou o texto das deliberações podem ser aprovados em minuta, no final da sessão ou reunião, sendo assinados, após a aprovação, pelo Presidente e por quem os lavrou.
4. A eficácia das deliberações depende da aprovação e assinatura das respetivas atas, ou assinatura das minutas.
5. A ata será lavrada, na falta de trabalhador designado para o efeito, pelo Secretário.
6. Os Membros da Assembleia Municipal poderão reclamar contra inexatidões do texto dos projetos de ata.
7. Compete ao Presidente da Assembleia decidir sobre as reclamações.
8. Sem prejuízo da necessária divulgação por outros meios legalmente previstos, as atas devem ficar disponíveis em suporte digital no sítio institucional do Município.

### TÍTULO III

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

#### ARTIGO 76.º

##### ENTRADA EM VIGOR E PUBLICAÇÃO

1. O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte à sua aprovação pela Assembleia Municipal.
2. O Regimento é publicitado no sítio institucional da Assembleia Municipal na Internet e no Boletim Municipal.

#### ARTIGO 77.º

##### INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE LACUNAS

1. As normas do presente Regimento são interpretadas nos termos gerais de Direito.
2. Os casos omissos são decididos pela Mesa da Assembleia Municipal com recurso aos lugares paralelos das normas do Regimento da Assembleia da República.

#### ARTIGO 78.º

##### ALTERAÇÕES AO REGIMENTO

1. O presente regimento pode ser alterado pela Assembleia Municipal, por iniciativa de 1/5 dos seus membros.
2. Não podem ser admitidos projetos de alteração do Regimento que infrinjam o disposto na Constituição e na Lei e, bem assim, as que não definam de forma concreta o sentido das alterações a introduzir.
3. A decisão sobre a sua admissão deve ser tomada pelo presidente da Assembleia Municipal, no prazo de 48 horas.
4. Uma vez admitidos, os projetos são submetidos à Conferência de Líderes para apreciação, após o que o Presidente submete os mesmos ao Plenário.
5. As alterações ao Regimento devem ser aprovadas por maioria do número legal dos Membros da Assembleia Municipal.
6. Sempre que a alteração abranja mais do que 20% do articulado do regimento, deve ser promovida a respetiva republicação.

#### ARTIGO 79.º

##### PRAZOS

Os prazos do presente Regimento contam-se, salvo indicação em contrário, de forma contínua.

#### ARTIGO 80.º

##### NORMA REVOGATÓRIA

É revogado o Regimento aprovado em 30 de novembro de 2017.

#### ANEXO I

##### DISTRIBUIÇÃO DE TEMPOS

Público - 30 minutos

Esclarecimento ao público - Sem tempo previsto

Período Antes da Ordem Dia – PAOD

PS – 40 minutos

PSD – 15 minutos

CDU – 5 minutos

Para esclarecimento no PAOD o Presidente da Câmara ou o substituto legal – 40 minutos

Ordem do Dia - Presidente da Câmara ou o substituto legal

Breve explicação introdutória sobre cada ponto – 10 minutos

Prestação de contas / Pacote fiscal / Orçamento – 30 minutos

Pontos da Ordem do Dia

PS – 58 minutos

PSD – 25 minutos

CDU – 7 minutos

Câmara

Intervir nas discussões e prestar esclarecimentos – 58 minutos

#### ANEXO II

##### COMPETÊNCIAS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

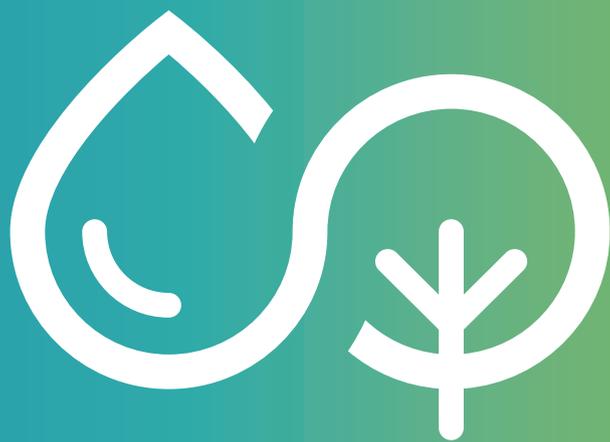
(art.ºs 25.º e 26.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

#### ARTIGO 25.º

##### (COMPETÊNCIAS DE APRECIÇÃO E FISCALIZAÇÃO)

1. Compete à assembleia municipal:
  - a. Acompanhar e fiscalizar a atividade da câmara municipal, dos serviços municipalizados, das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local, bem como apreciar a execução dos contratos de delegação de competências previstos no n.º 2, alínea k), deste artigo;
  - b. Apreciar, com base na informação disponibilizada pela câmara municipal, os resultados da participação do município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades;
  - c. Apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da câmara municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, a qual deve ser enviada ao presidente da assembleia municipal com a antecedência mínima de cinco dias sobre a data do início da sessão;
  - d. Solicitar e receber informação, através da mesa e a pedido de qualquer membro, sobre assuntos de interesse para o município e sobre a execução de deliberações anteriores;
  - e. Aprovar referendos locais;
  - f. Apreciar a recusa da prestação de quaisquer informações ou recusa da entrega de documentos por parte da câmara municipal ou de qualquer dos seus membros que obstem à realização de ações de acompanhamento e fiscalização;
  - g. Conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos resultantes de ações tutelares ou de auditorias executadas sobre a atividade dos órgãos e serviços do município;
  - h. Discutir, na sequência de pedido de qualquer dos titulares do direito de oposição, o relatório a que se refere o Estatuto do Direito de Oposição;
  - i. Elaborar e aprovar o regulamento do conselho municipal de segurança;
  - j. Tomar posição perante quaisquer órgãos do Estado ou entidades públicas sobre assuntos de interesse para o município;
  - k. Pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município;
  - l. Apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas;
  - m. Fixar o dia feriado anual do município;
  - n. Estabelecer, após parecer da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a constituição dos brasões, dos selos e das bandeiras do município e proceder à sua publicação no Diário da República.
  - o. Eleger, por voto secreto, o Presidente da Mesa e os dois Secretários;
  - p. Votar moções de censura e de confiança à Câmara Municipal, em avaliação da ação governativa desenvolvida pela mesma ou por qualquer dos deputados municipais, nos termos da alínea a) i) do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de setembro.

2. Compete ainda à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal:
    - a. Aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respetivas revisões;
    - b. Aprovar as taxas do município e fixar o respetivo valor;
    - c. Deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município;
    - d. Fixar anualmente o valor da taxa do imposto municipal sobre imóveis, bem como autorizar o lançamento de derramas;
    - e. Pronunciar-se, no prazo legal, sobre o reconhecimento pelo Governo de benefícios fiscais no âmbito de impostos cuja receita reverte para os municípios;
    - f. Autorizar a contratação de empréstimos;
    - g. Aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do município;
    - h. Aprovar os planos e demais instrumentos estratégicos necessários à prossecução das atribuições do município;
    - i. Autorizar a câmara municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes a RMMG, e fixar as respetivas condições gerais, podendo determinar o recurso à hasta pública, assim como a alienar ou onerar bens ou valores artísticos do município, independentemente do seu valor, sem prejuízo do disposto no n.º 2, do artigo 33.º, da Lei 75/2013, de 12 janeiro.
    - j. Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;
    - k. Autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a câmara municipal e o Estado e entre a câmara municipal e a entidade intermunicipal e autorizar a celebração e denúncia de contratos de delegação de competências e de acordos de execução entre a câmara municipal e as juntas de freguesia;
    - l. Autorizar a resolução e revogação dos contratos de delegação de competências e a resolução dos acordos de execução;
    - m. Aprovar a criação ou reorganização dos serviços municipais e a estrutura orgânica dos serviços municipalizados;
    - n. n) Deliberar sobre a criação de serviços municipalizados e todas as matérias previstas no regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais que o mesmo não atribua à câmara municipal;
    - o. Aprovar os mapas de pessoal dos serviços municipais e dos serviços municipalizados;
    - p. Autorizar a câmara municipal a celebrar contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais;
    - q. Deliberar sobre a afetação ou desafetação de bens do domínio público municipal;
    - r. Aprovar as normas, delimitações, medidas e outros atos previstos nos regimes do ordenamento do território e do urbanismo;
    - s. Deliberar sobre a criação do conselho local de educação;
    - t. Autorizar a geminação do município com outros municípios ou entidades equiparadas de outros países;
    - u. Autorizar o município a constituir as associações previstas no Título V, da Lei 75/2013, de 12 janeiro;
    - v. Autorizar os conselhos de administração dos serviços municipalizados a deliberar sobre a concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas ou participadas pelos seus trabalhadores, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas, ou a concessão de benefícios sociais aos mesmos e respetivos familiares;
    - w) Deliberar sobre a criação e a instituição em concreto do corpo de polícia municipal.
  3. Não podem ser alteradas na assembleia municipal as propostas apresentadas pela câmara municipal referidas nas alíneas a), i) e m) do número anterior e na alínea l) do n.º 1, deste artigo, sem prejuízo de esta poder vir a acolher em nova proposta as recomendações ou sugestões feitas pela assembleia municipal.
  4. As propostas de autorização para a contratação de empréstimos apresentadas pela câmara municipal, nos termos da alínea f) do n.º 2, são obrigatoriamente acompanhadas de informação detalhada sobre as condições propostas por, no mínimo, três instituições de crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.
  5. Compete ainda à assembleia municipal:
    - a. Convocar o secretariado executivo metropolitano ou a comunidade intermunicipal, conforme o caso, e nos termos da presente lei, com o limite de duas vezes por ano, para responder perante os seus membros pelas atividades desenvolvidas no âmbito da área metropolitana ou comunidade intermunicipal do respetivo município;
    - b. Aprovar moções de censura à comissão executiva metropolitana ou ao secretariado executivo intermunicipal, no máximo de uma por mandato.
- ARTIGO 26.º**  
(COMPETÊNCIAS DE FUNCIONAMENTO)
1. Compete à assembleia municipal:
    - a. Elaborar e aprovar o seu regimento;
    - b. Deliberar sobre recursos interpostos de marcação de faltas injustificadas aos seus membros;
    - c. Deliberar sobre a constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho para o estudo de matérias relacionadas com as atribuições do município e sem prejudicar o funcionamento e a atividade normal da câmara municipal.
  2. No exercício das respetivas competências, a assembleia municipal é apoiada por trabalhadores dos serviços do município a afetar pela câmara municipal.



# CONVENÇÃO ARRUDA 2030 adaptação às alterações climáticas

março - maio 2020

**Siga**  
a programação  
detalhada em  
[www.cm-arruda.pt/  
alteracoesclimaticas](http://www.cm-arruda.pt/alteracoesclimaticas)

## 20 março

### 09h00 - Inauguração do TUA-C.A.S.A.

Transportes Urbanos de Arruda dos Vinhos / Terminal Rodoviário

09h30 - Circuito regular de 6.<sup>a</sup> feira

10h30 - Chegada do autocarro ao Terminal Rodoviário

15h00 - **Sessão de abertura da Convenção** / Auditório Municipal

### SESSÕES DESCENTRALIZADAS

#### 21 março

15h00 - Escola de Cardosas

#### 28 março

15h00 - União Recreativo e Desportivo de Arranhó

#### 4 abril

15h00 - Centro Escolar de S. Tiago dos Velhos

#### 21 maio

10h30 - Encerramento da Convenção / Auditório Municipal

